

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

Líder do PSD em visita ao Distrito de Braga:

«Os discursos inflamados do engenheiro Sócrates e as suas inaugurações passam. Mas as dívidas ficam...»



Destaques:

António Borges considera que “não é surpresa” a recessão técnica e recomendou que a situação seja encarada com “a maior das cautelas”

Pag. 2

Desgovernar e mentir...

Vasco Graça Moura

Pag. 12

Privatização da ANA e o modelo aeroportuário

Luis Rodrigues

Pag. 13



Líder do PSD em visita ao Distrito de Braga: «os discursos inflamados do engenheiro Sócrates e as suas inaugurações passam. Mas as dívidas ficam...»

A Presidente do Partido Social Democrata, Manuela Ferreira Leite, procedeu no passado fim-de-semana a uma profícua visita de trabalho ao Distrito de Braga, integrada no Ciclo de Visitas aos Distritos que tem vindo a desenvolver em articulação com as respectivas Comissões Políticas Distritais.

Na ocasião, Manuela Ferreira Leite visitou uma Empresa Têxtil em Guimarães, reuniu com os Quadros Dirigentes do Partido no Distrito, foi recebida em audiência pelo Reitor da Universidade do Minho, Professor Guimarães Rodrigues, e pelo Arcebispo de Braga, D. Jorge Ortiga, e almoçou com várias centenas de jovens em Vila Verde.

No decurso da visita houve ainda tempo para contactos com a população no centro de Guimarães e Braga, momentos em que a líder do PSD foi efusivamente saudada e recebeu fortes estímulos de apoio para a batalha que tem de travar em prol do País.

A visita ao Distrito de Braga encerrou com um jantar-comício em Famalicão, que contou com a participação de 3.000 apoiantes, testemunho claro da confiança que os militantes e simpatizantes do Distrito depositam na sua Presidente e da disponibilidade que diariamente expressam para trabalharem em prol das vitórias do nosso Partido nos actos eleitorais do presente ano.

Visita à Lavandaria Pizarro em Guimarães

Manuela Ferreira Leite acusou o Governo de fazer anúncios e promessas sem que tenha a certeza que consegue cumprir. Comentando a falência da unidade da Alemanha da Qimonda, que pode comprometer a fábrica de Vila do Conde, a líder social-democrata sublinhou que



“o mais lastimável foi haver um anúncio formal sobre a forma de solucionar a situação da empresa e, pelos vistos, isso não se ter verificado”, pondo em causa a confiança na classe política.

Mesmo recusando-se a qualificar a conduta do governo no processo Quimonda, Manuela Ferreira Leite considerou que, “mais uma vez, houve anúncios que não foram confirmados”.

“Acho que, especialmente numa situação de crise, aquilo que nunca deve ser posto em causa é a confiança entre os cidadãos e os governos ou os políticos. Por isso, tudo aquilo que seja o quebrar dessa

confiança nunca é bom nesta situação”, disse a líder do PSD, acrescentando que, “se não havia a certeza que a solução podia ser concretizada, é muito negativo, do ponto de vista da confiança, que se tenham feito anúncios formais, como se a solução estivesse confirmada”, acusou.

Questionada sobre a possibilidade de, naquele caso, o Governo ter “quebrado a confiança” transmitida à administração e trabalhadores da Qimonda Portugal, Manuela Ferreira Leite remeteu a resposta para os cidadãos, “muito especialmente os responsáveis e funcionários da empresa”.

Mesmo depois de o primeiro-ministro José Sócrates e o ministro da Economia terem vindo reafirmar que o Governo fará “tudo o que estiver ao alcance” para salvar a unidade de Vila do Conde, a Presidente do PSD insistiu que “ninguém poderá ter essas certezas e o processo que tem estado a ser seguido não é modo que dê confiança para que se façam afirmações nesse sentido”.

Pressionada pela imprensa para se pronunciar sobre as investigações em redor do processo de licenciamento do Freeport, Manuela Ferreira Leite assegurou não efectuar “qualquer tipo de comentário a situações que estão em processo judicial”.

A presidente do PSD preferiu destacar, na visita à Lavandaria Pizarro, após ter percorrido a empresa e auscultado

as preocupações do administrador, que “o grande problema das empresas, mesmo das grandes, é a tesouraria e todas as propostas que fizemos, no Orçamento e fora dele, são exclusivamente para resolver esses problemas de tesouraria, enquanto o Governo propõe tentativas de medidas que não são concretizáveis, porque coloca tudo na área do crédito”, comparou.

“O crédito não existe, as empresas não têm acesso a esse crédito e, caso tivessem, como têm um problema de endividamento significaria que quando acabasse a crise estavam pior que quando começou, porque estavam mais endividadas”, considerou.

Manuela Ferreira Leite deslocou-se à empresa têxtil “Pizarro”, em Brito, para “verificar, confirmar e felicitar as iniciativas de grande êxito e progresso que são possíveis no nosso país”. “Este é um desses exemplos e nunca é demais sublinhar que no país existem empresas de enorme sucesso e seria bom que existissem muitas mais”, formulou, insistindo no pagamento do IVA na emissão do recibo, no fim dos pagamentos especiais por conta, nas compensações fiscais e na redução da taxa social única.

Manuela Ferreira Leite em Vila Verde:

Portugal só perdeu com José Sócrates líder do PSD, Manuela Ferreira Leite, aproveitou o encontro com meio milhar





“é um distrito com enormes potencialidades de desenvolvimento e crescimento, importante para o enriquecimento do país, mas que está a passar por uma fase complexa com um nível de desemprego superior à média nacional”.

Visita a Braga encerra com jantar apoteótico em Famalicão

A líder do PSD, Manuela Ferreira Leite disse, sábado, em Famalicão, que a recente posição de uma agência de notação financeira internacional sobre o endividamento do país mostra que não é tempo para “obras megalómanas”

“Digo e repito: cada investimento público tem de ser ponderado e bem avaliado. Não é tempo de obras megalómanas, pois cada erro nestas opções é uma corrente a prender os nossos pés e a arrastar-nos para o abismo”, afirmou.

“Não podemos consentir nisto”, afirmou, aludindo aos projectos de investimento do Governo para frisar que “os discursos inflamados do engenheiro Sócrates e as inaugurações passam, mas as dívidas ficam”.

Manuela Ferreira Leite falava num comício realizado numa unidade hoteleira de Ribeirão, Famalicão, onde estiveram três mil militantes e simpatizantes do PSD.

No acto participaram, ainda, o vice-presidente do PSD, Rui Rio, o presidente da Distrital de Braga, Virgílio Costa e o autarca local, Armindo Costa, para lá de vários outros dirigentes nacionais, distritais e locais do PSD.

No seu discurso, Manuela Ferreira Leite lembrou que, “ainda esta semana, uma das mais prestigiadas agências de notação financeira declarou que é agora mais arriscado conceder crédito ao Estado português, justificando o facto, não

pela crise internacional mas pela crise interna”.

A líder do PSD referia-se à agência Standard & Poor’s (S&P) que baixou quarta-feira a notação financeira da dívida portuguesa, atribuindo-lhe agora um ‘rating’ de A+.

Os analistas da S&P referem, numa nota da agência, que as reformas estruturais associadas à economia e às finanças públicas mostraram-se “insuficientes” para que Portugal continuasse a ter um rating de ‘AA’, como tinha antes e que já era menor do que o obtido no tempo de Cavaco Silva como PM.

Um ‘rating’ mais baixo corresponde a um risco de crédito mais elevado, pelo que normalmente o custo do crédito fica mais caro, tanto para os empréstimos pedidos pelo Estado como para os pedidos pelas empresas.

“Esta crise resulta dos fracos resultados das reformas e do caminho da consolidação orçamental”, afirmou Ferreira Leite, frisando que quem o sustenta são os peritos da agência.

Para a presidente do PSD, esta declaração sobre o país “significa algo de muito grave: que os mercados olham para Portugal como tendo menor capacidade para pagar o que deve”.

“Desta forma não vamos beneficiar tão significativamente da baixa da taxa de juro estabelecida pelo banco central europeu”, sublinhou.

Argumentou que, assim sendo, “não se entende que o Governo queira tomar decisões sem tomar isto em consideração, e que, pelo contrário o primeiro-ministro continue, teimosamente, a invocar nenhuma razão para manter as obras públicas megalómanas”.

“É verdade que é tempo de agir, mas tal deve ser feito dando espaço à iniciativa da sociedade”, assinalou, defendendo que, “se o Estado for sufocante, se consumir todo o crédito actual e futuro, ficaremos ainda mais pobres”.

Considerou que “o discurso do Go-

de jovens em Vila Verde, Braga, para garantir que o país “está pior, em todos os indicadores”, do que quando o actual Governo do PS tomou posse.

“Se pensarmos como estávamos quando este Governo tomou posse, concluímos que estamos, agora, pior em todos os indicadores, não melhorámos em nenhum, e mesmo o défice orçamental, até esse, coitado, já se esfumou e por muito tempo”, afirmou.

No almoço, participaram também o presidente da Distrital de Braga do Partido, Virgílio Costa e o presidente da Câmara local, José Manuel Fernandes.

Manuela Ferreira Leite disse que “não ganhámos nada com este governo socialista, só perdemos”, mas frisou que “não se pode considerar a situação como uma fatalidade para o país”.

“Não é verdade que não haja outro caminho”, acentuou, frisando que, se é verdade que o país está a empobrecer, e se está a endividar isso não quer dizer que tal seja uma fatalidade”.

“A situação é resultado de políticas erradas”, declarou, garantindo que “há outros caminhos e são esses caminhos que o PSD tem de propor aos portugueses”.

Para a líder do PSD, Portugal não pode continuar com um Governo como o do engenheiro José Sócrates que diz que temos de continuar assim, ou seja, se estamos pior não podemos mantermo-nos com a mesma política”.

Manuela Ferreira Leite disse que há outro ponto em que o PSD se distingue do PS, o da confiança: “a crise que assola o país e o mundo é, de uma forma geral, uma crise confiança, e esta não se recupera enganando os portugueses”, referiu.

Considerou que, por isso, “o lema do PSD é o de falar verdade para recuperar a confiança dos portugueses”, e — sublinhou — “falar verdade não significa estar permanentemente a apontar aquilo que é mau”.

Líder do PSD percorre ruas de Guimarães e Braga

Temos um bom candidato e as pessoas estão conscientes que chegou a altura de mudar” — São estes os motivos que Manuela Ferreira Leite evoca para afirmar que ganhar a Câmara de Braga nas próximas eleições autárquicas “é mais do que uma esperança” para o PSD.

De visita ao distrito, a presidente do PSD reuniu na tarde de Sábado com o Reitor da Universidade do Minho e com

o Arcebispo-Primaz de Braga, tendo-se recusado, no final, a prestar declarações aos jornalistas sobre estes encontros uma vez que “foram reuniões particulares” e não achava de “bom tom tecer comentários públicos sobre as mesmas”.

Entre as duas reuniões, a líder do PSD ainda teve tempo para percorrer a Rua do Souto e tomar um café na zona da Arcada. Durante o percurso, Ferreira Leite esteve sempre acompanhada pelo candidato do PSD à Câmara de Braga, Ricardo Rio, e por outras personalidades do partido como António Marques, José Manuel Fernandes, Miguel Macedo e Virgílio Costa

A presidente laranja foi interpelada várias vezes durante o percurso e ouviu palavras de incentivo e muitas reclamações sobre o estado do país. Na rua do Souto houve quem lhe oferecesse castanhas e houve quem quisesse tirar uma fotografia ao seu lado.

Na recta final desta visita ao distrito, a líder do PSD não ficou com impressões “muito diferentes das que já tinha”.

Para Manuela Ferreira Leite, Braga





verno e a realidade das pessoas têm vivido dramaticamente de costas voltadas”, para lembrar que “a confiança tem as suas raízes nos valores que há que recuperar e reconhecer nas políticas que se nos dirigem”.

“Temos de recuperar valores como os da lealdade, da franqueza, da coragem e do amor ao nosso país”, declarou, considerando que tais valores “são as linhas mestras que nos podem conduzir ao bem-bom”.

Defendeu que, “em tempo de crise e de sacrifícios, a recuperação da economia necessita do contributo de todos, e do consenso social”, mas avisou que consenso social “não é calar a oposição, é atender as pessoas, não agredindo umas e não atacando a individualidade de outras e respeitando a liberdade de cada um”.

“O que mais tem faltado é respeito pelos portugueses, pela oposição, pelos princípios que caracterizam a nossa sociedade e pelos grupos profissionais ou sociais que são atacados de forma directa ou insidiosa pelo Governo”, lamentou.

Acusou o Executivo liderado por José Sócrates de “ter tentado abrir caminho às suas pretensas reformas, dizendo que os juízes têm descanso a mais, os professores trabalham pouco, os funcionários públicos são dispensáveis, os militares estão cheios de privilégios e os polícias actuam ora de mais ora de menos, mas nunca na conta certa”.

“Na boca do Governo socialista não há lugar ao elogio nem ao incentivo”, lamentou. - Do nosso correspondente, RR.

António Borges considera que “não é surpresa” a recessão técnica e recomendou que a situação seja encarada com “a maior das cautelas”.

O vice-presidente do PSD António Borges considerou que “não é surpresa” que a economia portuguesa tenha entrado em recessão técnica e recomendou que a situação do país seja encarada com “a maior das cautelas”.

“Não é um assunto que seja surpresa para ninguém. Aquilo que é realmente preocupante são as projecções da Comissão Europeia, que apontam para um cenário muitíssimo mais negativo do que aquele que o Governo insiste em manter”, disse António Borges à agência Lusa, na sede do PSD.

“Temos de encarar toda esta situação



com a maior das prudências e a maior das cautelas”, acrescentou.

O vice-presidente do PSD comentou desta forma as declarações do ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, feitas na segunda-feira, segundo as quais a economia portuguesa caiu 0,9 por cento nos últimos três meses de 2008 face ao trimestre anterior, o que corresponde a um cenário de recessão técnica no final do ano passado.

A quebra de 0,9 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) no último trimestre de 2008 está subjacente à previsão do Governo de crescimento de 0,3 por cento para o conjunto do ano passado.

A recessão técnica ocorre quando existem dois trimestres consecutivos de variação negativa em cadeia. No terceiro trimestre de 2008 a economia recuou 0,1 por cento.

A 13 de Fevereiro o Instituto Nacional de Estatística (INE) divulgará a estimativa rápida das contas nacionais do quarto trimestre, incluindo a variação do PIB em cadeia (face ao trimestre anterior) e homóloga (em relação ao mesmo período de 2007).

António Borges acusou o Governo

de falta de prudência nas previsões económicas, considerando que a sua atitude “amplifica a crise” e deixou a sua credibilidade “completamente em estilhaços”.

Por outro lado, o vice-presidente do PSD disse que o primeiro-ministro, José Sócrates, propõe agora “cortar substancialmente os impostos”, o que considerou não ser “para levar a sério”, e alegou que no orçamento suplementar “aparecem inúmeras receitas muito difíceis de explicar” sem as quais o défice poderia atingir um valor superior ao herdado pelos socialistas.

“Hoje, a credibilidade do Governo para traçar um cenário, preparar um orçamento, dar algumas balizas aos portugueses para que possam melhor reagir à crise está completamente em estilhaços”, declarou António Borges à agência Lusa, na sede do PSD.

“O Governo vem agora admitir que qualquer previsão e qualquer orçamento pode ter de ser mudado a qualquer instante. Aqui está como se amplifica a crise, os piores efeitos da crise, como se aumenta a incerteza, como se mina a confiança de todos. Tudo porque, desde o início, o engenheiro José Sócrates nunca quis optar pela prudência, poupando aos portugueses surpresas cada vez mais desagradáveis”, acrescentou.

O vice-presidente do PSD reagiu desta forma às previsões da Comissão Europeia divulgadas na segunda-feira, segundo as quais a economia portuguesa vai decrescer 1,6 por cento, o défice vai atingir os 4,6 por cento e a taxa de desemprego os 8,8 por cento este ano.

De acordo com as projecções do Governo incluídas no orçamento suplementar apresentado na sexta-feira, a recessão da economia será mais ligeira, correspondente a um decréscimo de 0,8 por cento, o desemprego ficará nos 8,5 por cento e o défice subirá para 3,9 por cento do Produto Interno Bruto (PIB).

António Borges referiu-se ao documento apresentado na sexta-feira como “a enorme confusão do orçamento rectificativo” e lembrou que “desde o início

que a presidente PSD tinha apontado que o orçamento para 2009 não merecia confiança”.

Nas declarações feitas na mesma ocasião, à agência Lusa, António Borges disse também que “José Sócrates veio agora falar de gigantescas reduções de impostos para aliviar os portugueses de uma carga fiscal excessiva”, considerando que, “vindas de um dos primeiros-ministros que no curto espaço de quatro anos mais aumentou a carga fiscal em Portugal, estas propostas não são para levar a sério”.

O dirigente social-democrata reiterou ainda a oposição do PSD “aos grandes projectos que não resolvem nenhum problema sério do país e cujo benefício nunca cobrirá o seu gigantesco custo”.

“Nem mesmo uma situação dramática de crise financeira internacional e de endividamento galopante do país demove o engenheiro José Sócrates ou o leva ao menos a moderar a sua megalomania”, criticou.

Segundo António Borges, “ao propor em simultâneo aumentar muitíssimo as responsabilidades financeiras do Estado e cortar substancialmente os impostos, José Sócrates mostra muito bem a ligeireza com que trata das finanças públicas, a facilidade com que transmite mensagens enganosas, a incoerência da sua apolítica económica”.

De acordo com o vice-presidente do PSD, “na proposta de orçamento rectificativo agora apresentada aparecem inúmeras receitas muito difíceis de explicar” e que “sem essas receitas extraordinárias o défice estaria muito mais alto, talvez mesmo acima do valor que este Governo herdou quando tomou posse”.

“Para que serviu então o mandato que os portugueses deram ao PS, tantos sacrifícios e tantas promessas?”, questionou.

António Borges sublinhou que as propostas do PSD de alteração ao Orçamento do Estado para 2009 foram rejeitadas “porque tinham supostamente custos in comportáveis”, defendendo que sabe-se agora que “a derrapagem orçamental é muitíssimo maior” do que esses custos.

- Gab. Imp. PSD; Lusa





Discussão sobre projecto ruinoso do TGV, objecto de ataques cerrados do PSD

PSD e PS enfrentaram-se no Parlamento sobre a alta velocidade ferroviária, com os sociais-democratas a insistir que o projecto seja “posto de lado” e os socialistas a defenderem o respeito pelos compromissos assumidos.

No dia em que o investimento no TGV e a sua conclusão em 2013 foram reafirmados pelo primeiro-ministro, José Sócrates, no final da Cimeira Luso-Espanhola, em Zamora, o PSD levantou a questão em plenário.

“O projecto da alta velocidade no actual contexto não pode continuar a ser visto da mesma maneira”, declarou o deputado social-democrata Jorge Costa, recebendo aplausos da sua bancada.

Subscrevendo a oposição ao TGV manifestada pela presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, na semana passada, Jorge Costa considerou que o projecto “deverá ser posto de lado”, alegando que não tem resultados positivos no curto prazo para a economia portuguesa, para as empresas e para o emprego e que representa encargos “para mais de 15 anos”.

“Na actual conjuntura, com o défice externo no máximo, com uma dívida pública excessiva, com o crédito mais caro, e que vai continuar a encarecer, não faz qualquer sentido a aposta num projecto de alta velocidade”, argumentou.

O deputado socialista José Junqueiro respondeu acusando o PSD de ter como atitude “parar, deixar cair os braços”, e defendeu a manutenção do projecto em nome dos compromissos assumidos, sem se pronunciar quanto ao seu impacto na economia portuguesa.

Aos sociais-democratas invocados por Junqueiro, o deputado do PSD Agostinho Branquinho contrapôs apontando as críticas do ex-ministro das Finanças Campos e Cunha e do socialista João Cravinho ao TGV, referindo que este último o considerou “um projecto ruinoso”.

PSD considera que números do Instituto de Emprego denunciam «desemprego estrutural»

O PSD reagiu aos números divulgados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) considerando que indicam um desemprego estrutural e mostram que o Governo continua a fazer previsões irrealistas.

Em declarações aos jornalistas, no Parlamento, o vice-presidente da bancada do PSD Hugo Velosa voltou a defender que o Governo deve adoptar medidas dirigidas às micro, pequenas e médias empresas para estimular o emprego e alterar o subsídio de desemprego para abranger mais desempregados.

“Os números vão no sentido do que sempre temos dito e que o Governo não tem aceite. Infelizmente não se trata de um desemprego sazonal, conjuntural, é um desemprego estrutural e vai crescer muito mais do que o Governo prevê”, considerou Hugo Velosa.



De acordo com os números divulgados pelo IEFP o número de inscritos nos centros de emprego cresceu 6,6 por cento em Dezembro do ano passado face ao mesmo mês de 2007, elevando o número de desempregados inscritos para 416.005 e prolongando a subida do desemprego iniciada em Outubro, que constitui o acréscimo mais elevado desde Setembro de 2004.

Hugo Velosa acrescentou que “os números mostram que as previsões do Governo – incluindo estas últimas do cenário macro-económico do orçamento suplementar – continuam a ser irrealistas”.

O dirigente social-democrata pediu “medidas concretas” do Governo para travar o desemprego, reiterando a posição do seu partido a favor de “apoios mais directos às micro, pequenas e médias empresas para reanimar a economia”, em vez de uma política de “grandes investimentos, grandes empreendimentos”.

Por outro lado, o vice-presidente da bancada do PSD insistiu na alteração do subsídio do desemprego “não apenas para que o período ou o subsídio sejam aumentados, mas para abranger mais desempregados”.

Deputado Luís Rodrigues quer que o Governo esclareça se concorda ou não

com a instalação de uma refinaria na região de Badajoz

O deputado social-democrata Luís Rodrigues quer que o Governo esclareça se concorda ou não com a instalação de uma refinaria na região espanhola de Badajoz, na Extremadura, em consulta pública em Portugal até 24 de fevereiro.

“O Governo concorda ou discorda da instalação da refinaria, que pode impedir o avanço dos investimentos turísticos previstos para a região da albufeira de Alqueva?”, questiona o deputado, num requerimento dirigido ao Governo e enviado hoje à agência Lusa.

O requerimento de Luís Rodrigues, enviado sexta-feira aos ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional e da Economia e Inovação, solicita vários esclarecimentos, “com a maior urgência”, sobre o projecto.

O deputado, eleito pelo círculo de Setúbal, pretende saber se o Governo “já tomou alguma posição” relativamente à instalação da Refinaria Balboa, projectada para Santos de Maimona, província de Badajoz, a cerca de cem quilómetros da fronteira com a região portuguesa do Alentejo.

“Na cimeira ibérica [realizada na passada quinta-feira], o primeiro-ministro

[José Sócrates] transmitiu a posição portuguesa ao primeiro-ministro espanhol?”, interroga também o deputado do PSD.

Luís Rodrigues quer ainda saber se o Governo já ouviu as autarquias envolvidas e qual a posição destas, assim como se os impactos ambientais do projecto foram avaliados e o que o executivo prevê fazer “junto dos empresários turísticos portugueses caso a refinaria se concretize”.

O mesmo eleito do PSD recorda que as expectativas geradas à volta do empreendimento de Alqueva “foram e são enormes”, nomeadamente no que toca à agricultura e ao desenvolvimento turístico.

“Diversos projectos privados de qualidade foram desenvolvidos e muitos até foram classificados PIN [de Potencial Interesse Nacional] pelo Governo”, lembra.

O deputado aludiu ainda a declarações recentes de José Roquette, que lidera o Parque Alqueva e falava em nome de outros promotores turísticos da zona da albufeira, que afirmou que, caso a refinaria avance, esses investimentos poderão ficar inviabilizados.

“Neste cenário, os projectos turísticos não avançariam, estando prejudicado o investimento no valor de 1,3 mil milhões de euros e a criação de cerca de 2.500 postos de trabalho”, reforça Luís Rodrigues.

O deputado acrescenta ainda, no requerimento, que o projecto espanhol pode causar “impactos muito graves”, para Portugal e para o Alentejo, na albufeira de Alqueva e nas perspectivas de investimento do lado português.

O projecto da refinaria, promovida pela empresa Refinería Balboa, S.A., envolve um investimento superior a dois milhões de euros, tendo os promotores recusado já quaisquer impactos em Portugal.

Intervenção do Deputado Luis Rodrigues sobre a petição que solicita a reclassificação do serviço de Urgência do Hospital de Santa Luzia em Elvas

Mais de seis mil cidadãos decidiram dirigir à Assembleia da República uma Petição no sentido de defender o seu direito à saúde no Concelho de Elvas e nos municípios envolventes, como Sousel, Campo Maior, Monforte e Aviz, Entre outros.

Porque é que estes cidadãos entenderam ser a sua obrigação tomar esta iniciativa?

A política de saúde deste Governo do PS tem contribuído fortemente para a desertificação do interior, criando também um clima de incerteza e de insegurança no Distrito de Portalegre e no Concelho de Elvas em particular.

No que respeita ao Hospital de Santa Luzia, integrado na Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, a incerteza quanto ao futuro tem sido notória e a sua



menorização um facto.

Na reestruturação das urgências iniciada por Correia de Campos o Hospital passou a ter um Serviço de Urgência Básico (SUB) exactamente como um Centro de Saúde.

Com esta decisão política o PS traçou irremediavelmente, até agora, o futuro, mais ou menos próximo, da Urgência do Hospital de Elvas.

Muito preocupado com esta decisão governamental um movimento de cidadãos pôs mãos à obra decidindo alertar a opinião pública e recorrer à AR, uma vez que o Governo e as estruturas locais, regionais e nacionais do PS não os ouviram.

Estes cidadãos conseguiram até agora que a Sr.^a Ministra da Saúde, por despacho unilateral, concordasse com a manutenção do SUB, “apoiado pela ortopedia e pela cirurgia com carácter excepcional”.

De facto, não se entende o que é isso de “carácter excepcional”.

Será enquanto a Sr.^a Ministra entender? Será de 15 em 15 dias? Será até ao fim das próximas eleições legislativas e autárquicas?

Sr. Presidente

Continua a ser legítima a pretensão dos cidadãos de Elvas.

A reclassificação da Urgência do Hospital de Elvas é um direito dos cidadãos e um dever do Governo.

Estes cidadãos exigem ser tratados pelo menos da mesma forma que outros de outras regiões.

Sei que os cidadãos de Tomar e de Torres Novas também estão insatisfeitos, mas as urgências de Elvas nem sequer atigem o mesmo grau de diferenciação.

Relativamente às urgências de Tomar e de Torres Novas o Governo decidiu reclassificá-los atribuindo-lhes por Despacho publicado no DR o nível SUB 5. Porque é que a Elvas foi negado esse direito?

Faço um apelo ao Partido Socialista para que aprove esta Petição e que exija ao Governo a reclassificação publicada em Diário da República das Urgências do Hospital de Santa Luzia, em Elvas.

Requerimento

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia da República:

A política de saúde deste Governo do PS tem contribuído fortemente para a desertificação do interior, criando também um clima de incerteza e de insegurança no Distrito de Portalegre e no Concelho de Elvas em particular.

No que respeita ao Hospital de Santa Luzia, integrado na Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, a incerteza quanto ao futuro tem sido notória e a sua menorização um facto.

Na reestruturação das urgências iniciada por Correia de Campos o Hospital passou a ter um Serviço de Urgência Básico exactamente como um Centro de Saúde.

Com esta decisão política o PS traçou irremediavelmente, até agora, o futuro, mais ou menos próximo, da Urgência do Hospital de Elvas.

Muito preocupado com esta decisão governamental um movimento de cidadãos decidiu apresentar uma Petição com mais de 6000 assinaturas dirigida à Assembleia da República, uma vez que o Governo e as estruturas locais, regionais e nacionais do PS não os ouviram.

Estes cidadãos conseguiram até agora que a Sr.^a Ministra da Saúde, por despacho unilateral de 31 de Outubro de 2008, concordasse com a manutenção do SUB, “com apoio de ortopedia e cirurgia, com carácter excepcional”.

De facto, não se entende o que é que a Sr.^a Ministra quer dizer com a expressão “carácter excepcional”.

Será enquanto a Sr.^a Ministra entender? Será com as valências que a Sr.^a Ministra decidir episodicamente? Será até ao fim das próximas eleições legislativas e autárquicas?

A Petição para a reclassificação da urgência foi debatida no passado dia 21 de Janeiro, tendo sido a mesma rejeitada pelo PS.

Nestes termos, o Deputado abaixo assinado, tendo como objectivo defender o direito à melhoria das condições de saúde no Concelho de Elvas e nos municípios envolventes, como Sousel, Campo Maior, Monforte e Aviz, entre outros, vem perguntar, através de V. Exa., ao Ministério da Saúde, ao abrigo das disposições aplicáveis da Constituição da República Portuguesa e do Regimento da Assembleia da República, o seguinte:

a) Está o Governo disponível para reclassificar as Urgências do Hospital de Santa Luzia, em Elvas, e publicar a mesma em Diário da República?

b) O que é que a Sr.^a Ministra da Saúde quer dizer com “carácter excepcional” quando se refere às urgências? - O deputado, Luís Rodrigues

- Gab. GP/PSD





INTERVENÇÃO DO DEPUTADO MANUEL CORREIA DE JESUS PROPOSTA DE Lei Nº 234/X (ALRAM) REUNIÃO PLENÁRIA DE 21 DE JANEIRO DE 2009

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

A Assembleia da República debate hoje, na generalidade, uma proposta de lei da iniciativa da Assembleia Legislativa da Madeira que visa assegurar a intercomunicabilidade entre as carreiras docentes das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e a carreira docente do Continente.

A completa inteligibilidade da Proposta ora em discussão supõe uma reflexão – tão curta quanto o consente a exiguidade do tempo que me é concedido – sobre o travejamento constitucional do nosso sistema jurídico-político.

Apesar do disposto no artigo 6º da Constituição, Portugal é, “de jure” e “de facto”, um Estado Regional, ou seja, um Estado com Regiões Autónomas, cuja característica fundante e estruturante é a unidade nacional.

Ora, o carácter regional do Estado Português, implica, como mais relevante consequência dessa caracterização, uma pluralidade de centros de produção normativa que conduzem à existência de três sistemas jurídicos paralelos, mas concorrentes, no espaço nacional.

À existência desses três sistemas jurídicos nem sempre tem correspondido uma coexistência pacífica entre eles.

Disto é exemplo a situação de facto que está subjacente à Proposta em debate – a impossibilidade de os docentes das Regiões Autónomas ingressarem na carreira docente do Continente – e também as situações de desarmonia que ocorrem entre os sistemas regionais de saúde e o Serviço Nacional de Saúde, situações essas que fazem com que os portugueses oriundos da Madeira e dos Açores se sintam estrangeiros no Continente.

A obrigação de os Órgãos de Soberania ouvirem sempre, relativamente às questões da sua competência respeitantes às regiões autónomas, os órgãos do governo próprio (cf. art.º 229º, nº 2), entre outros objectivos, tem em vista contribuir para assegurar a compatibilidade, entre essas três ordens jurídicas, sustentáculo fundamental da unidade, coerência interna da supraestrutura jurídica nacional.

Porém, na prática, como não é possível atingir a perfeição, sempre existirão conflitos e lacunas que, caso a caso, têm de ser colmatadas, quer pelos órgãos legislativos, que pelos órgãos de aplicação do direito.

É a esta luz que deve ser vista a presente proposta.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

As especificidades dos sistemas de ensino das Regiões Autónomas são uma decorrente inevitável da autonomia constitucional. Há, porém, dois princípios que, nem as Regiões, nem os órgãos de soberania podem pôr em causa: o princípio da intercomunicabilidade das carreiras, quanto aos professores, e o princípio da equivalência de estudos, quanto aos alunos. A violação desses princípios, ao nível dos ordenamentos jurídicos em

presença, ou a nível da prática dos governos envolvidos, colide com a letra e o espírito da Constituição, pondo em causa a unidade nacional e outros princípios constitucionalmente consagrados, quais sejam, o da igualdade, da livre circulação

dos cidadãos, do direito ao trabalho e da própria autonomia constitucional.

Assim, se explica que esta Proposta de Lei tivesse sido aprovada por unanimidade na Assembleia Legislativa da Madeira – o Parlamento mais plural de Portugal,

onde estão representados sete partidos.

Por tudo quanto fica dito, a aprovação desta Proposta pela unanimidade dos Deputados à Assembleia da República é, além de um acto de justiça, um imperativo constitucional.

PROPOSTA DE Lei Nº 243/X (GOV)

Aprova a Lei de Defesa Nacional

PROPOSTA DE LEI Nº 245/X (GOV)

Aprova a Lei Orgânica de Bases de Organização das Forças Armadas

PROPOSTA DE LEI Nº 244/X (GOV)

Aprova o Regulamento de Disciplina Militar

16 de Janeiro de 2009



O meu Grupo Parlamentar, e eu próprio, reconhecemos o trabalho desenvolvido pelo Senhor Ministro no sentido de se alcançar o desejável consenso entre os órgãos de soberania, com competência em matéria de Defesa Nacional, e vemos nestas Propostas uma boa base de trabalho para a discussão em sede de especialidade.

Porém, no que toca à nova Lei de Defesa Nacional, a Proposta aqui apresentada pelo governo fica muito aquém das nossas expectativas.

Trata-se, antes de mais, de uma lei amoral, já que faz tábua rasa dos “valores morais” na definição dos objectivos permanentes da política de defesa nacional, esquecendo-se da enorme relevância de tais factores no nosso potencial estratégico, em caso de agressão ou ameaça externas. Uma política sem valores é como um corpo sem vida - máxima tanto mais apropriada quanto é certo que estão em causa aspectos essenciais e estruturantes da Nação Portuguesa.

Em segundo lugar, a Proposta do Governo conjunturaliza as Forças Armadas, pondo-as ao serviço da República, ao contrário do que dispõe a Constituição da República, que as coloca expressamente “ao serviço do povo português” (cf. Artigo 275, nº 4, da CRP). Será que, ao fazê-lo, o Governo quer antecipar as comemorações dos cem anos da implantação da República?... O Senhor Ministro sabe, e o Governo também tem a obrigação de saber que, para os militares - e para todos os portugueses -, as únicas referências, em termos de País e de Povo, são, pela sua permanência e intemporalidade, Portugal, a Nação e a Pátria, independentemente da forma que, em cada momento, assume a organização política do Estado.

Mas, Senhor Ministro, a Proposta de Lei em apreço é, ainda, uma lei coxa. Com efeito, apesar de se chamar de Lei de Defesa Nacional, não passa de uma Lei das Forças Armadas, já que se

ocupa apenas dos aspectos militares da defesa, deixando de fora os seus aspectos não militares, cada vez mais importantes numa concepção moderna de defesa e segurança e que vão desde os objectivos de política externa até à melhoria dos níveis de exigência e eficiência da política de investigação e desenvolvimento no domínio da defesa nacional, passando pela constituição e manutenção das reservas estratégicas indispensáveis à segurança do País em tempo de crise, nomeadamente nos planos energético, alimentar e de saúde, e pela valorização, no sistema de ensino, dos padrões de identidade nacional, do conhecimento dos princípios da segurança e defesa e das obrigações do patriotismo e da cidadania (cf. CEDN, in fine).

Assim, a Lei, além de coxa, é também retrógrada.

Mas a Proposta do Governo é, ainda, autista, no sentido em que não concebe nem densifica o chamado “Estado de Crise”. Na Exposição de Motivos, o Governo justifica a Proposta como exigência do novo quadro de segurança internacional, em grande parte determinado pelo actual elenco de ameaças, onde sobressaem o terrorismo, o uso indiscriminado das armas de destruição de massas, a emigração clandestina, o crime internacional organizado e, mais recentemente, o recrudescimento da pirataria marítima. Porém, depois de reconhecê-lo, o Governo não foi capaz de proceder à caracterização legal do estado de crise e dos meios para lhe fazer face, mantendo a indefinição e incerteza num aspecto vital da modernização do nosso sistema de defesa.

Por fim, a Proposta é reveladora de incoerência por parte do Governo. Quando, há cerca de um ano, o Governo aqui apresentou uma Proposta para alterar pontualmente a composição do Conselho Superior de Defesa Nacional, as nossas propostas de uma alteração mais profunda foram recusadas com o argumento de que o momento adequado para o efeito seria a revisão da Lei de Defesa Nacional. Cá está a nova Lei e nela o Governo não propõe qualquer alteração quanto à composição do Conselho.

Senhor Ministro, uma nova Lei de Defesa Nacional amoral, conjunturalista, coxa, retrógrada, autista e incoerente vai exigir muito trabalho dos deputados da Comissão de Defesa e uma enorme abertura por parte do Governo e da maioria que o apoia. Esperamos que esse trabalho possa ser feito sem pressas, com o sentido de responsabilidade, a serenidade e o rigor que a importância das matérias em apreço nos impõem.



Deputado José Eduardo Martins

Assembleia da República, 15 de Janeiro de 2009

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Se dúvidas houvesse, o PM confirmou ontem que o Governo tem um sério problema de transparência na gestão dos recursos públicos e uma obsessão com a gestão de imagem.

O tema é, naturalmente, a chocante insistência no ajuste directo para obras públicas até 5 milhões de euros apesar do mal explicado flic flac à rectaguarda que ontem o Primeiro-Ministro ensaiou no Parlamento para atenuar a reacção de repulsa que o anúncio do início de Janeiro suscitou de forma generalizada.

O PS já ganhou com esta iniciativa o concurso do despudor mas está sempre apostado em fugir de todos os outros.

Senão vejamos:

O Governo começou por demorar anos a aprovar o Código dos Contratos Públicos.

Depois de múltiplos avisos da Comissão, o prazo de transposição das directivas que acabava em 2006, o Governo aprovou o Código dos Contratos Públicos em 2008.

Tão a contragosto o fez, que voltou a passar ao lado das directivas europeias i) com a exclusão expressa das empresas públicas no Artigo 3º,

ii) com valores definidos para o ajuste directo cuja apreciação deixou Bruxelas foi, segundo o autor do projecto, e cito muito apreensiva e mereceu do Presidente do Tribunal de Contas o seguinte comentário a propósito da elevação de do montante do ajuste directo para 150.000 Euros – recorde onde agora o Governo – quer 5 milhões.

“Parece-nos, no entanto, dever fazer uma chamada de atenção quanto ao facto de no projectado Código o procedimento do ajuste directo ter uma aplicação muito generosa, o que, do nosso ponto de vista, pode fazer perigar o princípio da concorrência, outros princípios gerais da actividade administrativa que cumpre acautelar e, em última instância, o interesse público e o princípio da economia que lhe está associado. Neste ponto, a experiência do Tribunal de Contas aconselha a cuidados especiais em nome da racionalidade e da economia de meios.

Se dúvidas houvesse basta ver a catadupa de contratos e entorses legislativos que precedeu esta aprovação a contragosto:

- As excepções para a Frente Ribeirinha do Tejo;
- A não aplicação do CEP às Redes de Alta Velocidade;
- A distorção das Cartas de Conforto para os concursos públicos internacionais;
- O chocante caso dos Contentores de Alcântara.

Mas afinal porque é este Governo tão avesso ao tratamento da coisa pública com encomenda pública?!

Porque convive este Governo tão mal com a concorrência?

- A concorrência e os concursos públicos servem para baixar o preço que o Estado paga;
- A concorrência e os concursos públicos garantem a igualdade de oportunidades aos agentes económicos;
- A concorrência e os concursos públicos combatem o cambalacho e a corrupção;

O Ministro Silva Pereira veio defender que se tratava de aligeirar a burocracia para alavancar o crescimento económico em tempo de crise e o seu Camarada João Cravinho.

Respondeu e cito: “Com a ausência de burocracia se enchem os bolsos de muita gente.” Lapidar a declaração deste reformado de luxo vítima no seu partido dos temas do combate à corrupção...

O mesmo Ministro quis dizer, há menos de oito dias, que a medida tinha por objectivo estimular a economia em tempo de crise e os responsáveis de todas as associações da área da construção, alegadamente os beneficiados vieram logo a correr desmentir.

Está bom de ver que quando entre outras se pretendia alterar a norma sobre o impedimento de não realizar ajustes directos nos dois anos seguintes com os mesmos protagonistas se quer abrir a porta a que sejam justamente sempre os mesmos e pior ainda à velha pratica do fraccionamento... perspectiva naturalmente arrepiante para os empreiteiros honestos.

Citando o autor do Código “esta alteração é muito perigosa e o ajuste directo é contrário ao princípio da concorrência que contém em si a resposta decisiva em tempo de crise”.

Foi isto que todos disseram na última semana, da esquerda à direita, fiscalistas empresários, agentes políticos.



Mas mais ainda e bem ao estilo das últimas semanas, o que o Ministro Silva Pereira disse há uma semana foi ontem desmentido pelo Primeiro-Ministro ao restringir a aplicação do favor à construção de escolas e projectos de eficiência energética.

Em menos de uma semana o Governo semeou o vento e como colheu a tempestade veio ontem querer fazer de conta que nada tinha sido dito... tudo vale até a mais despidorada mentira, ele é o Orçamento que foi entregue em Setembro, ele são os objectivos do deficit das contas publicas que o Ministro das Finanças agora revê semanalmente e agora, também numa semana, o ajuste directo que era para todos é afinal só para alguns.

Pior a emenda que o soneto. Na ânsia de disfarçar o passo em falso, na sua incapacidade de admitir o erro, o Governo à beira do precipício deu um passo em frente.

Para não perder a face quando a razão já se foi, o Governo restringe o atropelo das regras comunitárias a dois dos sectores que mais dependem do financiamento comunitário.

Cumpra então perguntar o que é feito da “auditoria de grande envergadura” de que falou o Ministro Nunes Correia sobre a aplicação das regras da contratação pública.

O Governo, que diz ter alinhado com as regras de Bruxelas, vai garantir então a derrogação das directivas comunitárias? Para um PM que já se atribui a capacidade de baixar as taxas de juro, nada é impossível nem o limite do ridículo.

Está talvez na altura de começar o QREN, cuja miserável execução é a verdadeira razão do falso sucesso das contas públicas e da falta de liquidez na economia portuguesa.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

2009.01.15

José Pedro AGUIAR-BRANCO

Senhor Presidente, Senhor Ministro, Senhoras e Senhores Deputados:

1. A Assembleia da República discute hoje três documentos estruturantes das Forças Armadas Portuguesas: a Lei da Defesa Nacional, a Lei Orgânica de Bases de Organização das Forças Armadas e o Regulamento de Disciplina Militar.

As Forças Armadas Portuguesas são uma instituição fundamental no nosso Estado de Direito Democrático.

A sua história secular e os valores supremos que prosseguem - de defesa incondicional do território, do povo e da nação portuguesa - constituem um património essencial da nossa identidade, transmitido de geração em geração, que se traduz num fio condutor que está muito para lá dos actores que, circunstancialmente e em cada época, têm os comandos políticos do destino do país.

Há instituições que, pelos valores de que são testemunho, consubstanciam os pilares de suporte de um Estado harmonioso e equilibrado na gestão dos vários poderes que o compõem. São essas instituições que criam as condições para o desenvolvimento pacífico de uma sociedade que a leve à realização dos seus desígnios.

E a condição primeira para essa realização é a liberdade. A Liberdade individual e colectiva, assente no conhecimento que dá sentido à existência e à afirmação da dignidade do ser humano.

A Justiça, as Forças Armadas e a Educação confluem, assim, na afirmação de um país que se quer livre: pela igualdade de todos perante o primado da lei - que assegura o estado de direito; pela segurança de todos no contexto das nações - que garante a identidade como povo soberano e, finalmente, pela elevação do saber - que impede a alienação que escraviza.

Prestigiar os agentes referenciais dessas instituições - magistrados, militares e professores - deve, por conseguinte, constituir uma linha orientadora de

qualquer governo

- que verdadeiramente deseje a afirmação de uma sociedade que possa gritar de “pulmões cheios” que é livre,
- que confie que esta liberdade será tanto maior quanto menor for a dimensão tutelar e paternalista do Estado que condiciona, controla, orienta, limita e pressiona as escolhas de cada um.

Numa sociedade livre e personalista, com verdadeira dimensão social, o Estado deve ter o papel fundamental de regulador aperfeiçoando todos os mecanismos que distorçam anormalmente a livre concorrência ou eliminando os que conduzam à exclusão dos mais fracos.

Mas cavalgar, como fez o governo, oportunisticamente, a confusão entre Estado regulador e Estado interventor, abusando intencionalmente deste com base na justificada necessidade daquele, é trilhar com redobrado empenho os caminhos da cada vez mais sentida claustrofobia democrática.

Os reflexos dessa dimensão claustrofóbica sentiram-se, num primeiro momento, na dimensão institucional da justiça - com o desprestígio insito na insinuação de que os magistrados seriam preguiçosos -, prosseguiu e persiste na da educação - com a desconsideração dos professores na comunidade escolar - e temia-se que se pudesse alastrar à das Forças Armadas, confundindo a função especialmente qualificada - e consagrada constitucionalmente - dos militares com a actividade regular de funcionário público.

Não alinhámos com aqueles que incapazes de ver para lá do horizonte do efémero momento em que exercem o poder não sabem respeitar a dimensão institucional que está para lá dos homens, sobretudo quando esta guarda os valores que impedem que uma sociedade se desestruture e deixe de ser fiel aos princípios que conduzem ao bem estar e à coesão

de um povo.

Tratar mal a Justiça e os magistrados é contribuir para fragilização da autoridade do Estado que potencia a anarquia.

Tratar mal a Educação e os professores é contribuir para desqualificação do ensino que compromete a capacidade competitiva do país, presente e futura.

Tratar mal as Forças Armadas e os militares é colocar em risco a segurança das pessoas, a capacidade de afirmação do país em matéria de política externa e menorizar os valores por excelência da dedicação e do serviço pela causa da Pátria.

Felizmente, o Senhor Ministro da Defesa, ao arrepio de como o Governo actuou na Justiça e na Educação, fez um esforço sério, nos diplomas que hoje serão sujeitos a votação para estar à altura das responsabilidades que a matéria suscita.

O PSD reconhece e saúda o Ministro da Defesa Nacional por esse esforço.

2. As FA são o garante da defesa e da preservação dos valores fundamentais e dos interesses nacionais. A segurança nacional, assim perspectivada, transcende em muito o debate político. No limite, está em causa a sobrevivência da Nação.

Daqui se retira que quaisquer normativos legais sobre a organização e funcionamento das FA requerem a maior prudência e devem ser tratados como de relevância decisiva para o País.

As reformas a efectuar nas Forças Armadas devem ir ao encontro do objectivo da eficiência para o cumprimento das várias missões que lhe estão confiadas. Eficiência que, diga-se, tem sido amplamente reconhecida nos diversos teatros de operações onde as nossas Forças Armadas têm intervindo o que muito tem contribuído para o prestígio da própria instituição e para a imagem de Portugal no estrangeiro.

O reforço do objectivo de eficiência, que dê valor acrescentado à operacionalidade das forças e promova uma adequada racionalização dos meios, não deve perder de vista que é, também, condição de eficiência o equilíbrio interno relativo dos diversos ramos, que passa pela não desqualificação dos órgãos de tomada de decisões colectivas que contribuem, seguramente, para uma melhor qualidade de decisão das matérias que lhe devem ser confiadas.

O reforço do objectivo de eficiência, que se deseja, buscando nas experiências estrangeiras a sua fonte de inspiração, não deve, ainda, ignorar a cultura própria que caracteriza a nossa identidade, cimentada num passado secular que é o sal e a pimenta de uma mentalidade que privilegiando a intervenção dos diversos ramos tem sabido conciliar o sentido de unidade que favorece a operacionalidade, como disse, amplamente elogiada, dentro e fora do país.

Parece, assim, ser conveniente assegurar o adequado equilíbrio entre as competências do MDN e as dos órgãos militares de comando das FA, garantindo que as competências atribuídas a cada um deles se ajustem perfeitamente aos respectivos níveis e âmbitos de actuação. Neste sentido, assumem particular relevância os órgãos consultivos previstos,



Dep.º Miguel Santos

15 de Janeiro de 2009.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

A realidade social, económica e financeira do País é grave.

Não se vislumbra, para infelicidade dos portugueses, nenhum sector da actividade do país que esteja a desenvolver-se e cujo futuro seja promissor.

O saldo, após 4 anos de governação socialista, é de um desastre.

Todos os analistas o dizem, todos os cidadãos o sentem no dia-a-dia da sua luta pela melhor sobrevivência.

Até Mário Soares já lançou, por diversas vezes, avisos à navegação socialista.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Assistimos, no início desta Legislação, às performances de um Primeiro-ministro que dizia tudo saber e que tudo prometia.

Tudo se ia resolver pelo melhor. As finanças, a economia, a saúde, a justiça, a educação, enfim, o Senhor Primeiro-ministro para tudo tinha solução milagreira.

Hoje, acrescentamos a crise internacional à crise nacional provocada pela desastrosa política socialista.

Hoje, temos os diversos sectores da sociedade desgastados e estagnados por este Governo.

A verdade é que a justiça continua lenta e desorganizada. Das medidas anunciadas e aprovadas para o sector só se sabe que a sua implementação foi adiada; veja-se o mapa judiciário.

A educação encontra-se numa situação de caos, sem ordem, sem regra; o sistema educativo trabalha para as estatísticas e não para os alunos e está em pé de guerra contra a teimosia e a prepotência do Governo.

A saúde funciona mal e não garante a assistência dos cidadãos na doença; as finanças engordam com a asfixia das empresas e das famílias.

A economia está depauperada, abandonada, carente dos milhões e milhões que o Governo lhe deve.

nomeadamente o Conselho Superior Militar, no nível político-militar, e o Conselho de Chefes do Estado Maior, no nível estratégico-operacional, onde o CEMGFA, agora investido de poderes acrescidos, emerge como elemento preponderante.

O equilíbrio reside mais precisamente no CSM e no CCEM, uma vez que a conceptualização e o emprego de forças militares não pode dispensar uma cuidada reflexão política e militar, nem o conhecimento específico que reside nos órgãos referidos.

3. Os alicerces “de facto” das FA são os três Ramos: Marinha, Exército e Força Aérea. São os Ramos que, numa forma individualizada, ou conjunta, asseguram o desempenho de todas as missões, que se fundamentam num saber centenário,

o qual lhes confere identidade própria. No nosso País, as missões particulares de cada Ramo têm expressão significativa.

Daí que, na especialidade, aspectos ligados, por exemplo, na LOBOFA, directa ou indirectamente, às atribuições do Conselho de Chefes de Estado-Maior e a algumas competências específicas dos Chefes de Estado-Maior devem, ainda, merecer um aprofundamento tendo em vista viabilizar o maior consenso possível que honre uma lei verdadeiramente estruturante para as Forças Armadas portuguesas.

É com o sentimento de que há abertura para, na especialidade, se desenvolver trabalho que vá ao encontro do que referido e que nessa sede resultará um efectivo enriquecimento dos dispositivos legais - que o PSD votará favoravelmente todos os diplomas apresentados. Disse



Grita o governo que a culpa é da crise financeira internacional. Grita o mais que pode para que os portugueses interiorizem a mensagem. Mas, todos nós sabemos que assim não é. O mal, a inoperância e a desordem vêm de antes. A responsabilidade é deste Governo e desta maioria socialista que durante 4 anos permitiram que a economia estagnasse.

Este Governo levou o endividamento do País até limites nunca antes atingidos, provocou o colapso da economia, lançou milhares de portugueses para a pobreza.

Somos diariamente confrontados com mais e mais encerramentos de empresas e mais e mais desempregados.

O Banco de Portugal, sempre a propósito, sempre oportuno, vai interrompendo os seus silêncios com mensagens optimistas, cúmplice da propaganda do Governo, ou, quando a situação económica já não o permite, utilizando uma linguagem cândida e cirúrgica. À beira do abismo foi obrigado a reconhecer um aumento brutal da taxa de desemprego para 2009.

O Instituto do Emprego e da Formação Profissional, tornado o braço armado do Ministério do Trabalho, desgasta energias e recursos a controlar ficheiros a eliminar inscrições para emprego; o importante é iludir a realidade estatística,

não relevando que, nos meses seguintes, os mesmos desempregados voltem a inscrever-se num movimento circular que a nada leva.

O IIEFP devia estar ao serviço dos cidadãos e daqueles que se encontram em situação mais carenciada, procurando otimizar a oferta do mercado de trabalho com a procura. O IIEFP não deve, não pode estar ao serviço de um Ministério cuja única preocupação é apresentar resultados controlados do mercado de trabalho.

Os que criticavam o desemprego de 2005 têm hoje de morder a língua. É que esse nível foi já ultrapassado e, até nas sempre favoráveis previsões do Banco de Portugal, se teme o engrossar do exército de desempregados.

Mais 90 mil portugueses no desemprego? Mais 100 mil portugueses no desemprego? O IIEFP, ao contrário do que é regra ao longo dos anos, ainda não divulgou os resultados do mercado de emprego de Dezembro. A previsão é que o Governo o faça só na próxima semana.

Os dados disponíveis de Novembro revelam a inscrição de 486.565 desempregados, mais 2% do que no mês homólogo.

Entretanto, nesta 1ª quinzena de 2009, os serviços dos centros de emprego encontram-se congestionados com inscrições para atribuição de subsídio de desemprego.

A situação é absolutamente dramática e insuportável. As consequências sociais deste desastre podem ser efectivamente calamitosas.

O Governo projecta um discurso social, mas implementa uma política contrária. O Governo é o responsável pela nova Lei de Bases da Segurança Social. Uma Lei de Bases que defendeu o chamado factor de estabilidade, sem o ponderar como devia, e reformou as regras do subsídio de desemprego provocando a retirada de direitos.

Graças a este Governo, os desempre-



gados têm menos tempo de garantia de atribuição do subsídio de desemprego, bem como viram descer o valor do próprio subsídio de desemprego. Esta decisão permitiu ao Governo reduzir a despesa com o pagamento de subsídios de desemprego, à custa da desprotecção social dos trabalhadores e das suas famílias. Longe vão já os tempos em que o Governo apregoava a flexisegurança.

O Governo reclama aos quatro ventos os ricos saldos das contas da Segurança Social.

Mas, a verdade é que esse enriquecimento foi conseguido à custa dos mais frágeis e desfavorecidos da nossa sociedade.

Querer poupar com os reformados e com os desempregados é, no mínimo, iníquo.

Querer equilibrar as contas da Segurança Social à custa dos reformados e dos desempregados é uma atitude política de injustiça social inaceitável.

O estado calamitoso do país, o estado de verdadeira emergência social em que o país se encontra motiva o PSD a apresentar iniciativas que tentam corrigir este desvario governamental.

É claro que o caminho a trilhar não é o deste Governo.

Com esta conjuntura económica e social dramaticamente desfavorável, o regime do subsídio de desemprego instituído pelo Governo revela-se manifestamente insuficiente para proteger o cidadão que perdeu o seu posto de trabalho.

Resumo, portanto, a posição do Partido Social-Democrata a este propósito:

1. É imperioso que o Governo repondere adequadamente, o factor de estabilidade como forma de assegurar a sustentabilidade do sistema da Segurança Social, mas de forma justa e equilibrada;

2. É indispensável que o prazo de atribuição do subsídio de desemprego seja prolongado, até à data limite de 31 de Dezembro de 2009, com um período mínimo de 30 dias, dada a situação excepcional em que nos encontramos e, de resto, como o PSD já propôs no Orçamento de Estado, apesar de recusado pela bancada socialista.

3. É da mais elementar justiça que este prolongamento seja feito nos mesmos termos e não com uma diminuição do rendimento atribuído, pois recusamos a lógica de caridade do Governo sendo, o PSD, a favor do princípio da solidariedade.

4. Ponderada a situação de verdadeira calamidade social em que nos encontramos, o PSD apresenta propostas concretas a esta Assembleia, como já fez no passado recente, pois não desiste de fazer uma oposição construtiva, apesar da sistemática recusa da bancada socialista em aceitar qualquer sugestão que não seja oriunda da sua maioria.

Intervenção do Deputado Fernando Antunes sobre os Projecto de Lei nº 530/X (BE)

Implementação da educação sexual nas escolas

Projecto de Lei nº 634/X (PCP)

Estabelece o regime de aplicação da Educação Sexual nas Escolas 15 de Janeiro de 2009

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Sobe hoje, mais uma vez, à discussão nesta Câmara o tema sempre polémico mas sempre actual da Educação Sexual nas Escolas e das formas de melhor formar e informar os jovens nesta área.

Desta vez a discussão faz-se à volta de duas iniciativas: uma do Bloco de Esquerda, o Projecto de Lei nº 530/X e outra do Partido Comunista Português, o Projecto de Lei nº 634/X.

O Projecto de Lei nº 530/X, deixa claro o conceito e o pensamento que o Bloco de Esquerda tem acerca da educação sexual nos estabelecimentos de ensino mas vai bastante mais longe, defendendo medidas que visam regular, de cima para baixo, a forma de fazer chegar às crianças e jovens conhecimentos sobre educação e formação sexual.

Fá-lo basicamente defendendo a educação sexual como área curricular não disciplinar mas obrigatória, a leccionar no último ano de cada ciclo de ensino, com a duração semanal de hora e meia, com professores com formação adequada e em exclusividade. Propõe ainda que o aparecimento na área curricular da Educação Sexual seja obrigatória para todos os alunos, deva fazer-se sem sobrecarga dos horários lectivos semanais propondo portanto que se retirem tempos de leccionação a disciplinas como a formação cívica ou o estudo acompanhado.

O Partido Social-Democrata acha positivo mais uma vez a introdução do tema da sexualidade no horizonte da discussão pública, com a subida a este Plenário, entendendo que a sua análise e debate promovem a sua desmistificação.

Entendemos que o tema da sexualidade deve ser abordado com naturalidade, “sem tabus ...” mas com os cuidados necessários que advêm da sensibilidade que a questão arrasta para a sociedade em geral tendo em vista as diferenças de opinião e de toda uma hierarquia de valores que tocam com diferenças de culturas que, no fundo, são as que constituem o habitat originário de cada aluna ou aluno que frequenta a nossa Escola.

Entende o Partido Social Democrata que a proposta do Bloco, em discussão, massifica a questão, não preserva as diferenças, passa ao lado da comunidade envolvente e da família, originando que se entre assim na esfera individual onde as matérias a transmitir tocam naturalmente com a imposição de um modelo que tem implícita a colisão com valores que envolvem questões de ética pessoal.

O PSD não foge ao tema em debate mas discorda frontalmente da preponderância mediatista que o Projecto de Lei nº 630/X em discussão, a ir para a frente pode trazer a matéria tão importante. Até parece que a imposição da Educação



Sexual obrigatória nas Escolas supera todo um conjunto de valores de formação para a saúde e para a cidadania onde a sexualidade, mas não apenas ela, devem constituir todo um conjunto de conteúdos que contribuem para a formação integral do jovem.

No conjunto dos ciclos escolares a carga horária proposta quase iguala ou mesmo supera a de disciplinas importantes da área disciplinar curricular.

Neste Projecto de Lei do Bloco de Esquerda em discussão, prevendo que cada ano lectivo tenha cerca de 37 semanas de aulas, um aluno que faça o curso normal dos ciclos escolares terá duzentas e vinte e duas horas de educação sexual.

Convenhamos, Senhoras e Senhores Deputados, que é um exagero esta proposta.

O PSD não concorda com os seus objectivos de centralismo programático, defendendo o envolvimento da Escola numa lógica do seu projecto educativo e da sua autonomia.

Esta proposta constituiria a nosso ver, um retrocesso na autonomia da Escola portuguesa.

O PSD discorda igualmente da imposição, por via legislativa, de conteúdos programáticos que este Projecto de Lei define a nível de cada ciclo de ensino – tal imposição esquece as diferenças igualando o que é desigual ignorando culturas em função da localização e ambiente Escolar e valores sociais e éticos que os envolvem nomeadamente os valores da comunidade e da família.

Em relação ao Projecto de Lei nº 634/X do PCP, entendemos a filosofia que constitui a sua motivação.

Consideramos tratar-se de uma proposta que não põe em causa a forma equilibrada como o edifício legislativo se vem sedimentando à volta da sensibilidade que envolve a aplicação da Educação Sexual nas Escolas, antes sim pugna pelo assumir de uma atitude proactiva que promova a

implementação e extensão mais rápida do processo, concretamente a partir do próximo ano lectivo, a todas as escolas e em todo o país.

Efectivamente também o PSD entende que há adequações a fazer na área curricular de algumas disciplinas com vista à assumpção da formação sexual na sua interdisciplinaridade e transversalidade.

Pensamos no entanto, contrariamente ao PCP dever ser obrigatória a inclusão da sexualidade na área projecto da Escola, numa disciplina não curricular de educação para a saúde, julgando igualmente importante a existência de um professor coordenador nesta área, com formação adequada para promover, organizar e motivar todos os agentes envolvidos no projecto educativo para uma sexualidade saudável.

O papel deste professor na ligação interdisciplinar é fundamental igualmente para a promoção da Educação Sexual e a saúde reprodutiva numa perspectiva transversal que se quer articulada e integrada.

Fundamental igualmente é o papel do professor coordenador na ligação directa à comunidade envolvente onde os pais devem ser parceiros privilegiados bem como os Centros de Saúde, as Autarquias e as Instituições da Rede Social.

Em relação aos dois Projectos de Lei em análise nesta Câmara o PSD quer registar e congratula-se porque ambos promovem e incentivam a criação de gabinetes de atendimento aos jovens, numa perspectiva de informação, aconselhamento e apoio na área da saúde sexual e reprodutiva, onde deve haver toda a privacidade, dada a complexidade das situações.

Na linha do que é o nosso pensamento político assente em iniciativas por nós assumidas, a última das quais nas propostas de alteração ao Estatuto do aluno que foram rejeitadas pelo Partido Socialista, o PSD entende, que eles podem e devem ser instrumentos fundamentais para formar e prevenir e constituir um meio importante para atrair e gerar a confiança nos jovens.

Entendemos que estes Gabinetes se devem constituir com equipas multidisciplinares onde possam estar médicos, enfermeiros, psicólogos, sociólogos, assistentes sociais e professores.

Daí a necessidade de uma articulação de políticas governamentais, nomeadamente de carácter financeiro que disponibilize os profissionais dos Ministérios da Saúde, da Educação, da Ciência e Ensino Superior ou outros, em articulação com as Autarquias, para a celebração de protocolos que permitam esta multidisciplinaridade nos gabinetes de apoio e que julgamos essencial na multiplicidade dos problemas que hoje se deparam aos jovens em termos de saúde sexual e reprodutiva.

Disse



Silva Peneda define 6 prioridades para a Agenda Social

“...as políticas sociais não podem ser uma manta de retalhos de acções e ideias soltas,...precisamos de uma melhor articulação entre iniciativas do ponto de vista económico, laboral, social e ambiental.”

A Comissão de Emprego e dos Assuntos Sociais do Parlamento Europeu debateu o Relatório sobre a Agenda Social Renovada cujo Relator é o Eurodeputado do PSD José Silva Peneda.

Num contexto de crise económica, social e de confiança que afecta a Europa, o Relator definiu 6 prioridades para a Agenda Social durante a sua intervenção em comissão parlamentar.

Perante um quadro de aumento galopante do desemprego que se tem verificado na UE, “se nada for feito de diferente, por certo surgirá mais pobreza, mais exclusão social, mais insegurança, mais criminalidade e mais desconfiança. Tenhamos todos a noção de que o desemprego não implica apenas a perda de rendimento. O desemprego desencoraja e pode levar à perda de confiança em nós próprios e nos outros”, alerta Silva Peneda.

O fraco crescimento económico, a situação demográfica explosiva e as dificuldades em conviver com uma economia mundial cada vez mais globalizada são obstáculos que a UE tem vindo a enfrentar. O Eurodeputado sublinha que “é agora”, com o contexto envolvente da actual crise “que precisamos de uma Europa onde as políticas sociais sejam ainda mais fortes e baseadas em modelos sociais cada vez mais sustentáveis”. Para Silva Peneda, este é um ponto fundamental porque “pode estar em causa a sobrevivência da paz social”.

“Esta crise não pode servir de pretexto para reduzir despesas sociais”.

“Uma agenda social é um conceito muito amplo” e, por isso, neste relatório, o Eurodeputado do PSD concentrou-se nas 6 acções que lhe parecem prioritárias:

Em primeiro lugar, “os modelos sociais têm de ser modernizados, na base de uma perspectiva de longo prazo, especialmente em matéria de pensões e serviços de saúde”.

Em segundo lugar, “a UE precisa de maior e melhor inserção das pessoas no mercado de trabalho”, encorajar a procura de novas oportunidades de emprego ou o início de actividade empresarial própria. “A UE precisa de sistemas eficazes de aprendizagem ao longo da vida, e de lutar contra o flagelo do abandono escolar”.

A terceira prioridade, “resulta da constatação de que ainda há muito por fazer para a plena mobilidade dos cidadãos dentro da União Europeia”.

Em quarto lugar, “não podemos ignorar o impacto negativo que a imigração para a Europa pode ter nos países de origem da população migrante. É fundamental que se estabeleça um equilíbrio entre



direitos e deveres da pessoa migrante.”

Quinta prioridade, “a União Europeia tem de passar a ter um papel mais activo na promoção de normas sociais e ambientais nas suas relações externas com potências emergentes como o Brasil, Rússia, Índia e China. Esta será a melhor forma da UE contribuir para a paz no mundo”.

A sexta prioridade “diz respeito aos

fundos estruturais europeus. Estes podem ser úteis para situações de emergência, como é agora o caso, e, portanto, devem permitir flexibilidade em termos de utilização”.

Silva Peneda enumerou ainda instrumentos para a concretização destas acções prioritárias:

“Em primeiro lugar, o diálogo social e o diálogo civil.” Para que os cidadãos

europeus possam enfrentar as mudanças que o contexto actual implica, Silva Peneda aposta no reforço do diálogo social e civil, com o objectivo de aumentar a transparência nas decisões de adaptação social e de reestruturação económica. “Devem ser concretizados “pactos sociais”, com metas realistas e indicadores objectivos, que permitam avaliar o progresso nas questões sociais”.

Outro instrumento importante “seria uma melhor aplicação da legislação comunitária existente. O próprio processo de elaboração de leis comunitárias pode ser melhorado”, acrescenta o Eurodeputado.

Por outro lado, “o Método Aberto de Coordenação deve ser reforçado como um complemento essencial da legislação da União Europeia, nomeadamente na preparação da Estratégia de Lisboa pós-2010”.

“Com a actual crise é fundamental que a política social ande de mãos dadas com a política económica, visando uma recuperação sustentável, não só do tecido económico mas também e essencialmente do tecido social”, sublinhou o Eurodeputado do PSD.

Sérgio Marques defende

Novo fundo estrutural para reforçar a coesão territorial da UE



- Sérgio Marques apresenta Contributo para consulta pública lançada pela CE relativo ao Livro Verde sobre a Coesão territorial Europeia -

O Deputado do PSD Sérgio Marques, apresentou em Bruxelas o seu contributo para a Consulta Pública relativa ao Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia. Destacamos no seu contributo a sua proposta de criação de um Novo Fundo Estrutural para a Coesão Europeia, bem como a necessidade de aprofundamento do tratamento diferenciado para as Regiões Ultraperiféricas. Destaque igualmente para a necessidade de novos indicadores de leitura do desenvolvimento das Regiões.

NOVO FUNDO ESTRUTURAL PARA A COESÃO EUROPEIA

Sérgio Marques considera que o desenvolvimento regional “não deve ser financiado numa perspectiva isolada e de mero benefício exclusivamente regional” mas sim promovido com “proveito igualmente para o desenvolvimento integrado de todo o território da União Europeia.” O

Deputado do PSD defende uma nova dimensão territorial da coesão.

Para tal, afirma ser necessária “uma abertura e vontade políticas sem precedentes dos Estados-membros”, pois para pôr em prática a dimensão territorial da coesão serão necessários financiamentos. Nesse sentido Sérgio Marques propõe que seja preparado o quadro de apoio financeiro comunitário pós 2013, onde se incluiria já a criação de um Fundo estrutural afecto exclusivamente à concretização da nova dimensão territorial da coesão.

mais informação: www.sergiomarques.org



Índice do situacionismo: os 10 sinais...

Pacheco Pereira/blogspot (*)

Decálogo do situacionismo dos dias de hoje:

1) o governo do PS não é o ideal mas tem-se mostrado capaz de defrontar os problemas;

2) o Primeiro-ministro Sócrates é um “homem determinado”, “faz coisas” e tem uma grande capacidade “comunicativa”;

3) a crise que hoje conhecemos vem de fora (dos EUA, e dos “neo-liberais”) e todos os nossos problemas actuais se lhe devem;

4) se não houvesse crise, o país estaria a progredir “com o rumo certo” dado pelo governo;

5) para combater a crise precisamos de um novo governo de maioria absoluta do PS, se não é o “caos”;

6) Manuel Alegre é uma “referência ética”, a “consciência do PS”, etc., até ao momento em que começa a falar de um novo partido, passando então a ser um “vaidoso” e um “irresponsável”;

7) não existe oposição credível ao PS nem à esquerda, nem à direita e muito menos no PSD;

8) Manuela Ferreira Leite é atacada ad hominem na sua “credibilidade”, as suas opiniões são gaffes, e mostra-se desadequada para todas as funções, de líder do PSD a Primeiro-ministro;

9) Passos Coelho é promovido activamente como a alternativa “séria” a Manuela Ferreira Leite; Menezes utiliza-se para os soundbites;

10) a comunicação social cumpre a sua função com independência (a começar pela do Estado) e é mesmo muito “crítica” do governo.

Onde estiverem estes sinais, a solo ou em compósito, encontramos as grandes linhas estratégicas que qualquer dos imensos gabinetes ministeriais, assessores de imprensa, agências de comunicação trabalhando para o governo, pretendem disseminar como “mensagem”. Este cluster, como agora se diz, é o cerne da propaganda governativa e a sua repetição acrílica gera o imenso situacionismo em que vivemos.

* * *

O Primeiro-ministro respondeu ontem (dia 25) com muita veemência e com muita cobertura noticiosa “à oposição”, “a Manuela Ferreira Leite”.

Mas o que é que Manuela Ferreira Leite disse que levou o Primeiro-ministro a fazer, em mais um anúncio de obra, com a encenação habitual, tão inflamado discurso? Se ler o Público fica a saber, se ler o Diário de Notícias só com uma lupa.

O tratamento noticioso do Diário de Notícias das actividades de Manuela Ferreira Leite minimiza sistematicamente o discurso do PSD a favor de incidentes, que, convenhamos, são totalmente irrelevantes para julgar o que disse. O Primeiro-ministro não respondeu à “não visita às sedes do PSD”, que tanto estimula o Diário de Notícias (e o seu congénere do Norte que continuou hoje



com uma capa), mas quanto ao que disse sobre o rating de Portugal na S&P e sobre a condução da crise pelo PS; José Sócrates sabe o que é importante e o Diário de Notícias também...

* * *

No Bom Dia Portugal, RTP, o jornalista responsável pela revista de imprensa do dia., apresentado como “um analista político”.

Não há palavras para descrever o «situacionismo»!

No final, a jornalista despediu-se dizendo “obrigado Rui”. Não imagino quem seja.

Algumas pérolas:.

“Este já é o Sócrates que ‘nós’ conhecemos: combativo”, “Esta é uma oportunidade para Sócrates encontrar a ‘estamina’ para os desafios que se avizinham”, “Sócrates já está a controlar como gosta (hesitação), perdão, a tomar conhecimento porque gosta de estar em cima dos assuntos”, “Em linguagem popular, está a tomar o touro pelos cornos.”

Nem descrevo a opinião do senhor sobre o PSD. Termina com esta imensidão “Eu nem quero estar a falar de Manuela

Ferreira Leite, num dia ocupado com a notícia do Freeport, (**) mas não queria deixar de assinalar’ “ e prossegue descrevendo um fait-divers com o presidente da câmara de Esposende, o destaque dado ao facto de não ir às sedes partidárias, encadear com a inabilidade para falar para as pessoas e para o partido.

Pura propaganda política num espaço menos nobre, mas que certamente atingirá muitos votantes do Portugal que acorda às 9h da manhã para ir à missa. Gostava de ter escutado o nome do propagandista. Isto não conta certamente para o tempo de antena, mas devia. (Texto enviado pelo leitor Daniel Rodrigues).

(**) - O comentador de que fala o leitor Daniel Rodrigues é Rui Baptista, nem de propósito Editor de Política da Lusa. (Nota enviada pelo leitor Artur Vieira)

(*) Escritor, professor universitário, comentarista de política, autor “blog” «Abrupto»

Desgovernar e mentir...

Vasco Graça Moura (*)

O País vai gloriosamente a pique por obra e graça deste Governo. A crise que o mundo atravessa é muito posterior aos desastres sucessivos da governação socialista em Portugal. Antes dessa crise, já Portugal estava a meter água por todos os lados. E o que se passa hoje no mundo não pode ser um álibi para o Governo português, por muito que ele tente convencer-nos do contrário.

Dos outros países da União Europeia, pode dizer-se que têm todos consideráveis dificuldades e com certeza problemas sérios e da mais variada ordem, mas não pode dizer-se de nenhum que ele se encontre num processo de naufrágio semelhante ao caso português. Temos a pior governação da Europa. A mais incompetente. A mais fracassada. A mais mentirosa. Essa governação preparou a catástrofe em todos os sectores da vida nacional. De facto, essa catástrofe foi provocada pela irresponsabilidade continuada e pela teimosia obstinada e aldrabona do Governo socialista em termos que não têm paralelo em qualquer dos outros países afectados pela crise.

Portugal não está apenas a perder a solvabilidade, a produtividade e a competitividade. O Governo socialista lançou Portugal num exercício de auto-encolhimento e de descrédito. O País está a perder a esperança, a confiança e a auto-estima. Se continuar assim, acabará por lhe minguar a capacidade de sobrevivência. E com o Governo socialista, sem dúvida continuará a res-

valar nesse plano inclinado e fatal numa imparável aceleração.

O mesmo Governo, exactamente o mesmo Governo socialista, que há poucas semanas garantia aos portugueses um estado de coisas pouco menos do que paradisíaco, está agora a servir-lhe um desastre embrulhado em retórica barata feita só de improvisos pontuais e promessas de despesismo.

O mesmo Governo, exactamente o mesmo Governo socialista, diz, desdiz-se, contradiz-se e reincide, alavancando as suas partes gagas numa campanha obscena de propaganda, de desinformação e de má-fé. Leva o eleitoralismo ao ponto culminante do descaramento sistemático. Vai-se assegurando o controlo de todos os circuitos e chamando a si o comando directo ou indirecto de todos os mecanismos de decisão. E espera que o contribuinte suporte docilmente os custos de tudo isso e muito mais.

Incapaz de encarar de frente, e com seriedade e transparência mínimas, qualquer problema de fundo que lhe seja suscitado, o Governo socialista lança mão de expedientes ínvios e de espertezas saloias para desviar a atenção das situações mais graves e, quando interpelado, não dá qualquer espécie de resposta digna desse nome. Os tristes contorcionismos e evasivas do primeiro-ministro e dos seus ministros, tanto na Assembleia da República como fora dela, dão a exacta medida disso. Já ninguém os leva a sério.

Este cândido cenário é confortado com o anúncio de que o PIB afinal se vai

por água abaixo e o défice afinal vai chegar aos 3,9%. Só por si, e para quem sabe do que a casa gasta, isto prenuncia que os 4% vão ser rápida e largamente ultrapassados, talvez até com a “justificação” daqueles 6,83% falsos que o Governo volta e meia se lembra de invocar nas suas agressões ao PSD.

A isso acresce a confissão, agora despidorada, da chegada da recessão, do aumento inacreditável da taxa de desemprego esperada, dos tempos afinal bastantemente turvos e nada radiosos que se avizinham, como se o primeiro-ministro pudesse invocar um desconhecimento virginal de todos os perigos e de todos os erros para que, ao longo dos anos, lhe foi sucessivamente chamada a atenção, até por gente altamente qualificada do seu próprio partido.

A tragicomédia grotesca do Orçamento de Estado para 2009, com as pantominas inenarráveis de que o Governo socialista rodeou a sua apresentação ao Parlamento e até perante o Presidente da República, teve agora um novo episódio com o Orçamento Suplementar, aliás Rectificativo, aliás provisório, aliás não se sabe bem o quê, até se ver o mais que aí vem como cambalhota bombástica oficial. Nestas andanças torpes, o País já não sabe a quantas anda. Só sabe que o Governo socialista passou quatro anos a desgovernar e a mentir aos portugueses.

– (*) Escritor, Deputado Europeu pelo PSD



Privatização da ANA e o modelo aeroportuário

Luis Rodrigues (*)

Uma das principais bandeiras deste Governo foi desde o início a construção do novo aeroporto de Lisboa na Ota.

Em 2006, apresentado também como prioridade, o Governo aprovou um plano de privatizações onde se incluía a ANA, cuja alienação deveria ocorrer em 2007. Para tentar condicionar a decisão que já tinha tomado sobre o novo aeroporto, o Governo associou, através da RCM de 25 de Janeiro de 2007, a sua construção e exploração à privatização da ANA, ou seja, se se concretizasse a alienação da empresa a Ota era uma decisão irreversível.

A primeira grande derrota do Governo ocorreu no início de 2008. O Ministro das Obras Públicas, de uma forma mais ou menos envergonhada, veio anunciar o abandono da Ota e aprovar a nova localização na margem sul.

O agravamento da crise implicou a diminuição da actividade em vários sectores económicos, nomeadamente no tráfego aéreo, contrariando a urgência do Governo que afirmava que a Portela rapidamente caminhava para o esgotamento.

Do ponto de vista do interesse público, privatizações realizadas até 2007 poderiam ser muito interessantes pois estas empresas apresentavam-se bastante valorizadas, enquanto que se se realizarem agora o mercado penalizará estas operações.

A incapacidade do Governo implicou que questões como qual a parcela a privatizar e quais as infraestruturas que seriam incluídas nessa privatização não estejam discutidas nem aceites.

O Aeroporto Sá Carneiro é apenas uma das grandes incógnitas da equação. O Aeroporto de Beja é outra que até agora o Governo tem ignorado e quer ver se ninguém se lembra.

Não podemos esquecer que a RCM de 2007 referente à privatização obriga ao

abandono da Portela e à construção do novo aeroporto na sua totalidade.

É um erro, pois não se pode entender que depois de se investirem cerca de 400 milhões de euros na Portela e de se construir pela primeira vez uma ligação de metro ao Aeroporto, se vá encerrar esta infraestrutura.

De acordo com os recursos, manter a Portela e ir faseadamente construindo a nova infraestrutura é uma decisão sensata, tornando o processo flexível e adaptável à procura.

Considero fundamental avaliar a separação da privatização da ANA da construção do novo aeroporto e entendo que a privatização da empresa deverá aguardar uma evolução favorável do mercado, devendo revogar-se assim a decisão do Governo.

Num processo desta envergadura o PS ao longo destes quatro anos nunca procurou consensos, antes pelo contrário, tentou tomar decisões isoladamente e por isso o processo nunca conseguiu ser aceite pela sociedade como um projecto colectivo.

Por último, considero que é inaceitável do ponto de vista político que este Governo só agora em final de mandato concretize o meganegócio, que não sendo urgente e sem ter qualquer consenso, vai condicionar decisivamente o futuro de todos nós e dos próximos governos.

– (*) Luis Rodrigues, Deputado (PSD)



É a recessão, estúpido!

Ricardo Rio (*)

Passaram apenas dois meses. A propósito da apresentação pelo Governo do Orçamento de Estado para 2009 questione neste mesmo espaço: “(...) que clareza, rigor, credibilidade e transparência tem um Orçamento de Estado cujas referências do quadro macroeconómico previsto são rebatidas de forma expressiva por todas as organizações internacionais antes mesmo de ele começar a ser discutido no Parlamento?(...)”

Desde então até ao início do presente mês de Janeiro, o Governo e, em particular, o Ministro das Finanças e o Primeiro-Ministro fizeram “orelhas moucas” a todos os reparos provenientes dos diferentes quadrantes políticos, às críticas de analistas independentes, às contradições crescentes que resultavam da divulgação de novas projecções pelas diferentes entidades.

Por entre a cultura desse “estado de negação” e a preservação de um cenário ilusório (que continuava a enquadrar o principal documento de gestão do País), alguns portugueses, necessariamente mais optimistas, questionavam qual seria o segredo, o truque, o artifício com que o Governo socialista acabaria por contornar a tempestade resultante da crise internacional e dos erros acumulados ao longo de boa parte dos últimos 13 anos.

Para alguns, a esperança chegou com os anúncios dos múltiplos pacotes anti-

crise, desde os milhões de investimento anunciados pelo agora empossado Presidente Americano, aos estímulos recebidos da Comissão Europeia, às medidas de política expansionista do próprio Governo nacional.

Todavia, na sua última prestação televisiva, José Sócrates quebrava o tabu e pronunciava pela primeira vez a palavra proibida: “Recessão!”.

O País não chegou a estremecer, fosse pelos múltiplos alertas antes formulados, fosse pelas garantias novamente reiteradas pelo Primeiro-Ministro de que o Governo esticaria a sua mão protectora para acudir aos mais visados pela derrapagem do crescimento e pelo aumento do desemprego.

Logo no dia seguinte, porém, a apresentação das projecções do Banco de Portugal deram uma noção mais clara da negritude do cenário económico que se avizinha e do disparate da teimosia acumulada pelos correligionários socialistas do Governador.

José Sócrates e Teixeira dos Santos emendaram finalmente a mão e o Governo aprovou um Orçamento Suplementar no Conselho de Ministros Extraordinário que teve lugar no passado dia 16 de Janeiro.

Desta feita, prevê-se uma diminuição do Produto na ordem dos 0,8% do PIB, uma subida do Desemprego para os 8,5%,



um Défice Público de 3,9% em 2009 e um aumento da Dívida Pública para os 69,7% do PIB.

Estavam os governantes portugueses a recuperar o fôlego depois das justificações apresentadas às agências de rating internacional pela derrapagem das contas públicas e eis que surgem as previsões da EIU – Economist Intelligence Unit, um Grupo de Especialistas ligado a esta conceituada revista económica internacional.

Segundo os dados revelados, a EIU projecta uma diminuição do PIB Português na ordem dos 2,0% em 2009 e uma subida do défice orçamental para os 4,5% no presente ano. Ainda segundo a EIU, o défice subirá novamente para os 4,8% em

2010 e o País permanecerá em recessão, ainda que de apenas -0,1% do PIB.

Pela primeira vez, estes especialistas apontam mesmo para a ocorrência de deflação no ano em curso, com uma descida do nível geral de preços que poderá atingir os 0,3%.

Já ontem, foi a vez da Comissão Europeia apresentar novo cenário negativo, mais uma vez em clara divergência com as projecções corrigidas do Governo.

Tal como se pode ler nas Previsões Intercalares para a União Europeia 2009-2010, Portugal deverá registar uma quebra do produto de 1,6% em 2009 e de 0,2% em 2010; o desemprego deve subir até aos 8,8% em 2009 e 9,1% em 2010; o défice será de 4,6% do PIB no presente ano.

Isto é, como aconteceu há dois meses atrás, o Governo volta a submeter ao Parlamento um Orçamento totalmente desacreditado e irrealista. E ainda não chegamos ao fim de Janeiro!

Neste(s) cenário(s), poderá lamentar-se ainda mais as dificuldades económicas com que se depara a histórica fábrica Bordalo Pinheiro das Caldas da Rainha. É que, não tarda nada, será preciso um dos seus produtos mais emblemáticos para pôr em cada janela... -

(*) Economista, Vereador da Câmara de Braga, Dirigente do PSD



Prosseguir e aperfeiçoar o nosso modelo Social-Democrata

Alberto João Jardim (*)

A maior parte dos Filiados no Partido Social Democrata são pessoas que vivem exclusivamente do seu salário, não têm outros rendimentos.

São também os primeiros em termos de militância, pois é com Eles que o PSD/Madeira funciona substancialmente, até porque certa burguesia não está para se incomodar, mas vai gozando os benefícios da Social-Democracia.

Bem hajam, pois, os Trabalhadores Sociais-Democratas e a sua organização autónoma dentro do Partido, os TSD/Madeira.

Desde 1974, o Partido Social Democrata, no arquipélago, desenhou uma estratégia muito própria, para o mundo laboral.

Nunca visou conquistar Direcções Sindicais – os casos verificados, não passam de meras coincidências – até porque a conquista partidária de alguns Sindicatos, acabou por retirar força à classe trabalhadora. Com efeito, nesses Sindicatos, a subordinação partidária dos seus dirigentes, não só fê-los perder a coesão de todos os profissionais do respectivo sector, reduzindo-os ao pequeno grupo de titulares dos cargos directivos, como também a respectiva força foi perdida no exterior, pelo facto de, desprestigiadamente, essas organizações sindicais estarem identificadas e confundidas com Partidos totalitários.

Neste campo, o Partido Social Democrata optou pela horizontalidade da acção. Observação e participação em toda a vida sindical, com a recolha de informação útil, e inserção activa na sociedade, através da pedagogia, de propostas de orientação e de divulgação político-informativa, tudo, neste caso, particularmente dirigido para os Trabalhadores de todas as profissões.

E, por outro lado, como o PSD/Madeira chama representantes dos Trabalhadores Sociais-Democratas para os Órgãos de governo próprio da Região Autónoma e para as Autarquias, eis os TSD nos centros de decisão regional, influenciando toda a repercussão laboral das Políticas assumidas, em vez de um desgaste em tricas sindicais socialmente inócuas.

Uma opção demonstrativa de como canalizar e orientar energias.

Tudo isto completado por uma concepção tripartida nas negociações laborais, especificidade legal da Região, onde é justo reconhecer o papel responsável de que as organizações sindicais e patronais souberam dar provas.

E reconhecer que as tais «leis laborais», tornadas fantasmas de certos sectores no Continente, afinal não impediram a estabilidade político-social e o Desenvolvimento Integral da Região Autónoma da Madeira.

O salário mínimo regional continu-

ará superior ao nacional; o desemprego, inferior às médias nacional e europeia – apesar das patifarias do Governo socialista de Lisboa – o crescimento anual do PIB regional, também superior ao crescimento nacional e europeu; os rendimentos salariais médios a se aproximar de Lisboa e Setúbal, na medida em que já são superiores aos dos Açores e restantes dezasseis Distritos do Continente.

Mas, perceba-se, este salto foi possível porque o território madeirense está dotado de Autonomia Política.

Sem Autonomia Política, não teríamos podido desenvolver uma política diferente, a qual nos salvou de mergulhar e de ser envolvidos no descalabro generalizado do País.

Os inimigos da Autonomia sabem isto. Daí virem dizer que a revisão constitucional, para alargamento dos poderes legislativos da Região Autónoma, «não é prioritária». Para eles, a prioridade reside em pequenas satisfações imediatas e sem repercussão futura, muitas sabendo-as impossíveis, só as esgrimindo para agitação partidária.

Pelo contrário. A revisão constitucional é que do «pão para a boca» se trata, para que o Povo Madeirense, num mundo em que as dificuldades se avolumam, legitimamente tenha os poderes imprescindíveis para a tomada possível das decisões que nos defendam de outras políticas evidentemente erradas e que facultem a continuidade do nosso progresso e desenvolvimento.

Os socialistas, depois de no governo central PSD/CDS terem lançado uma forte agitação contra o Código do Trabalho de então, sem vergonha puseram agora, cá fora, outro muito mais penalizante dos Trabalhadores.

Uma expressão de capitalismo selvagem, a condizer com o facto de ser o grande Capital, o principal suporte do Governo socialista que aturamos.

O PSD/Madeira, se já em relação ao primeiro Código se demarcara, obvio que é frontalmente contra o actual, socialista.

Aliás, o PSD/Madeira é social-democrata, é pela iniciativa privada e tributação desta em benefício das classes mais desfavorecidas, é pela liberdade do mercado, mas com o intervencionismo e regulação pelos poderes públicos, em função do Bem Comum.

O capitalismo selvagem trouxe o mundo ao estado em que se vê.

Aliás, o capitalismo é apenas um sistema cujo aprofundamento resultou da «revolução industrial» do século dezanove. Como mero sistema, não pode ser confundido com os Direitos à propriedade privada e à livre iniciativa no mercado, Direitos que são inerentes, intrínsecos, à dignidade e à liberdade da



Pessoa Humana.

Daí que o PSD/Madeira recuse o liberalismo – tal qual como recusa o socialismo e o comunismo – e combaterá os sectores que, dentro do PSD nacional, andam a defender «o liberalismo» - sem sequer saber do que se trata – para defesa de conhecidos «interesses» e posições na conjuntura situacionista portuguesa, e servindo-se de factótuns para a fotografia.

Porque na nossa visão Personalista da Social-Democracia, o Trabalho é o meio essencial de realização da Pessoa Humana, logo a necessidade prioritária é a criação de Emprego.

Logo, somos pelo Investimento e contra as políticas orçamentalistas. Não procede o argumento das «futuras gerações». Se a geração actual pode já beneficiar da construção de infraestruturas sustentáveis e alavancadoras do desenvolvimento, não há razão para as futuras gerações, que igualmente vão beneficiar dessas mesmas infraestruturas, também não ajudarem a pagá-las.

A existência de Dívida Pública é correcta se, primeiro, resultar exclusivamente de investimento sustentável ou reprodutivo; segundo, permitir sempre o controlo da inflação; terceiro, for em montante que permita o cumprimento ou a renegociação do Serviço da Dívida, em termos de assegurar a manutenção do crédito; quarto, garantir os pagamentos dos salários a cargo do sector público.

A política portuguesa descontrolou neste orçamentalismo que serviu o capitalismo selvagem. Destruiu uma grande quantidade de Pequenas e Médias Empresas. Aumentou o desemprego. Os «órgãos reguladores» falharam em toda a linha, porque partidarizados.

A recuperação de Portugal é possível se o Investimento, público e privado, voltar a crescer e, no caso do Investimento Público, sem as megalomanias para aí

anunciadas, mas sim com prioridade às áreas infraestruturais e sociais de que o País está ainda fortemente carente. E é possível a recuperação, também através da revitalização do consumo, com subida do poder de compra e a inflação sempre controlada.

Estas, as razões da política de Investimento Público na Madeira. Mais uma vez cumprir-se-à o Programa do Governo social-democrata, não se alterará o sufragado pela população, não se cairá na estratégia de criar despesas diferentes, menos importantes e sem efeito reprodutivo saudável, como pretende a Oposição regional.

As «propostas» da Oposição são uma mentira demagógica – nem três Orçamentos as cobririam!...

O Património que hoje a Região Autónoma possui, mais do que garante a Dívida Pública.

O Povo Madeirense que avalie. Se tivéssemos ido na «conversa» da Oposição, no sentido de não se fazer o que foi concretizado, por exemplo como estaria agora a Madeira – ainda por cima com a actual conjuntura – na Habitação, na Saúde, na Educação, nas acessibilidades internas e externas, no Emprego que foi sendo criado?!...

Como o poderíamos fazer agora, ou no futuro previsível?!...

E a prova de que o nosso modelo de desenvolvimento está correcto, é que a Oposição nunca apresentou qualquer outro alternativo. Tem vergonha de propôr ao Povo Madeirense, o modelo socialista, ou o modelo comunista, ou o regresso à «Madeira Velha».

Razão para prosseguirmos em Social-Democracia, aperfeiçoando sempre o nosso modelo.

- (*) Advogado, Presidente do PSD/Madeira, Presidente do Governo Regional da Madeira



A crise não desculpa O (des)governo

José Palma Rita (*)

A máquina propagandística do governo socialista procura insistentemente passar a mensagem de que a crise financeira internacional é a única e principal causa da degradação da situação económica e social que Portugal vive. Tal mensagem tem por pressuposto que sem a crise, Portugal estaria no caminho do sucesso, fruto da acção do governo neste mandato.

Tal pressuposto e, por conseguinte, a mensagem que nele se baseia, encerra uma boa dose de erro e de falácia.

A crise internacional serve, infelizmente, para por a nu o verdadeiro estado da economia portuguesa e a ineficácia das supostas (porque apregoadas) reformas estruturais da governação socialista no contributo para o seu reforço. Os pés de barro do anunciado equilíbrio das finanças públicas e do controlo do défice são agora bem visíveis a olho nu, revelando uma prática de sistemática e repetida desorçamentação, dívidas do Estado aos fornecedores particulares, retenção dos financiamentos do QREN para controlar a despesa acarretada pela contrapartida nacional nos projectos, entre outras ar-

timanhas.

A coberto da desculpa da crise, o governo abre agora os cordões à bolsa e gasta o que reteve mais o que não tem, empobrecendo a prazo ainda mais o já sombrio futuro do país. Quando a crise financeira abrandar, levaremos muito mais tempo que os nossos parceiros europeus a recuperar, em boa medida pelo carácter fugaz e nada estrutural da governação socialista.

Em ano de eleições, o governo socialista tudo fará para que a crise sirva de cobertura aos seus objectivos eleitoralistas, esbanjadores e compensatórios da ausência de trabalho de fundo desde o início do mandato. Durante os últimos 3 anos os portugueses foram sujeitos a uma austeridade sem precedentes para reequilibrar as finanças públicas, reforçar a competitividade da economia do país, que assim enfrentaria melhor as eventuais crises externas mas, o fiasco é maior do que se esperaria.

Combatendo hoje a crise com o desequilíbrio das contas públicas e a ilusão de um efeito estruturante não comprovado

dos grandes projectos de investimento público na economia e no emprego, a governação do país ficará bem mais difícil num futuro próximo, com ou sem crise financeira.

A Administração Pública continuará por reformar e a ineficiência do Estado agravar-se-á, a saúde estará mais degradada e responderá bastante menos que hoje, o mundo rural do interior estará menos povoado e este em irremediável desertificação, o sistema de educação-formação será ainda menos contributivo para a formação de competências, as quais se vão perdendo num mercado de emprego que permite a sua rápida erosão nos elevados níveis de desemprego, a produtividade estará nas ruas da amargura, a justiça garantirá níveis inferiores de confiança e minará o pouco que sobra da competitividade da economia na atracção de IDE.

O drama é que as soluções para estes problemas estruturais não se conseguem afirmar de um dia para o outro, não permitindo por isso adiamentos ou interrupções, sob pena de, mais tarde, exigirem respostas bem mais forçadas,



abruptas e dolorosas para os portugueses, reiniciando a crise.

Com condições favoráveis à governação, só a falta de rumo e não a crise internacional explicará o incompreensível, embora não surpreendente, desgoverno socialista.

– (*) Presidente a CPS de Évora

Cartas e mensagens ao PSD

Um empresário que quer ajudar a combater a crise e criar riqueza

Simpatizante e seguidor do PSD desde os meus 16 anos (hoje à beira dos 32), sempre me identifiquei com o rigor, a exigência e a missão de fazer as coisas certas bem feitas. Nas últimas eleições autárquicas, como independente, integrei a lista de candidatura do PSD à Junta de Freguesia de Bucelas, Concelho de Loures, uma freguesia controlada pelo PCP há cerca de 30 anos.

A carreira profissional afastou-me da proximidade dessas pessoas e deslocou-me para Norte do País. Hoje desempenho funções de Administrador de uma Empresa Industrial Alimentar, a qual tem crescido nos últimos 2 anos mais de 15% ao ano em termos de número de colaboradores (hoje com cerca de 120) e facturação (cerca de 22 milhões de euros).

A razão deste meu contacto prende-se com a necessidade e oportunidade para revitalizar o tecido empresarial da zona onde estamos inseridos. Num momento em que todas as maiores Empresas da região param as suas produções por tempo indeterminado ou fecham mesmo as suas portas, colocando milhares de trabalhadores no desemprego (suportado por todos os contribuintes) a Empresa que giro tem um projecto de ampliação para duplicação da suas linhas de produção com o consequente aumento do número de trabalhadores. Há cerca de 2 anos que me debato com este projecto mas apesar da crise instalada não estamos a ter a celeridade necessária à premência do mesmo.

A realização deste projecto idealmente implicaria o desenvolvimento de um outro projecto, a montante na cadeia de valor, e que também poderia contribuir com a criação de 15 novos postos de trabalho directos e mais de 30 indirectos, no Concelho ou nos Concelhos limítrofes,

Estes 2 projectos, considerando as nossas premissas estratégicas, teriam condições para avançar de imediato, caso as entidades envolvidas no mesmo tivessem o empenho que todos nós, militantes e simpatizantes do PSD, por natureza, empreendedores e dinâmicos, gostaríamos

de ver no Governo do PS!

Num momento em que tal Governo se preocupa (ou diz que se preocupa, o que não é bem a mesma coisa...), em salvar tudo, seja de que forma for, seria importante alguém ajudar a criar!

Gostaria portanto de uma oportunidade para a apresentação deste projecto à Presidente do Partido, Exma. Sr.ª Dr.ª Manuela Ferreira Leite, que, pela suas notáveis qualidades de economista, decerto o compreenderia e ajudaria no que lhe fosse possível!

Ricardo Mateus

Um apoiante que aponta falhas no apoio...

Cara Presidente, na sequência das constantes alterações políticas do nosso país gostaria que o PSD estivesse mais presente e assertivo no que concerne à defesa dos interesses nacionais.

Os recentes casos de alegados favorecimentos pessoais e partidários em torno de processos pouco transparentes de licenciamento e as subidas meteóricas de quadros de empresas públicas à custa de ligações político-partidárias repugnam-me a mim e a todos os portugueses.

É profundamente injusto que alguém tenha e trabalhar até aos 65 anos para receber uma reforma mísera enquanto outros sem saber ler, nem escrever, se passeiam pelos corredores da Assembleia com os nossos impostos.

Para quando a redução do n.º de deputados?

Para quando a redução do n.º de organismos públicos que apenas servem para burocratizar o nosso país?

Para quando uma descentralização das competências de Lisboa para locais aonde elas são necessárias?

Para quando uma demarcação concreta da actuação deste governo arrogante e prepotente?

Sou militante e entendo que o PSD tem de liderar

na oposição apresentando medidas concretas para minimização dos encargos familiares.

Além disso entendo que a Senhora Presidente deverá ser mais apoiada por aqueles que a rodeiam. A exemplo disso: o Sr. Eng.º Mário Lino deveria ter sido rapidamente castigado através de uma comunicação a partir da Sede Nacional do Partido aquando das declarações que fez sobre o TGV. Concordo que o comunicado não deverá ser sido feito pela Presidente mas por um porta-voz do PSD (com autoridade) que punisse, perante a comunicação social, a falta de seriedade intelectual do Sr. Ministro. Deveria ter sido referidas, muito simplesmente, as diferentes circunstâncias que levaram à diferente tomada de posição do PSD de então com o de agora.

Eu pessoalmente sinto que lhe falta a totalidade do apoio que merece.

Sinto, igualmente, que, na perspectiva de vitória do PSD, não haverá quem não tente puxar para si os louros de eterno apoiante com vista a novos voos.

Sinto, ainda, que a Senhora Dr.ª Manuela será a Presidente que irá eliminar o parasitismo da nossa sociedade e fará ver àqueles que pensam que o país é seu, que, ao contrário do que pensam, Portugal não é a República das Bananas.

Obrigado por ser a Presidente do Meu Partido.

José Almeida

A Madeira é sempre a Madeira...

Querida Senhora Presidente:

Força, coragem... não tenha medo de os enfrentar, porque usam a má educação para a desmotivar!

Do Presidente Regional ao mais humilde trabalhador, a Madeira está consigo!

Não queremos mentirosos no Poder, queremos o nosso PSD!

Maria Madalena Freitas

Notícias de Aveiro

Comemorações dos 1050 anos da primeira referência escrita a Aveiro.

A partir do dia 26, o Município organiza um conjunto de acções que visam assinalar e destacar os 1050 anos da primeira referência a Aveiro, uma das datas mais significativas das Comemorações Aveiro 2009: Hastear de Bandeira gigante do Município, alocução histórica pela Professora Maria Helena da Cruz Coelho, as inaugurações das exposições “Dos artefactos à escrita” e “BI Aveiro” e a Sessão de agradecimento aos antigos e actuais Autarcas de Freguesia do Concelho de Aveiro.

Neste sentido, às 15.00 horas, teve lugar o Hastear da Bandeira gigante do Município na Rotunda da Aveiro Expo. De seguida, pelas 16.00 horas, decorreu Sessão Evocativa Oficial dos 1050 anos da primeira referência escrita a Aveiro com uma alocução histórica por Maria Helena da Cruz Coelho, professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no edifício da antiga Capitania.

A exposição “Dos artefactos à escrita” foi inaugurada às 17.15 horas, na Galeria do edifício da antiga Capitania. Esta mostra que ficará aberta ao público até 22 de Março, de Terça a Domingo, das 14.00 às 19.00 horas, é constituída por peças recolhidas em intervenções arqueológicas, onde se revela e documenta pelos artefactos a ocupação humana no espaço geográfico de Aveiro, antes mesmo de 959, ano do documento onde surge a primeira referência escrita a Aveiro: testamento da Condessa Mumadona Dias “Suis terras in Alauario et Salinas”.

Os sítios arqueológicos representados são variados: Vale de Videiras 1, Eirol - Paleolítico superior, gravetense (~25 000 anos); “Mamoá”, Mamodeiro - Neo-calcolítico (5000/6000 anos?); Agra do Crasto, Verdemilho - Idade do Bronze, Período Calcolítico (4000/5000 anos); Lugar da Torre, Cacia - Período Romano/Baixo Império século III-V; Forno Cerâmico, Eixo - Período Visigótico e achados dispersos. Existirão alguns painéis explicativos com fotos, plantas, desenhos, textos e alguns expositores onde se mostrem algumas peças. Haverá ainda um painel explicativo da evolução geomorfológica desta região, onde se revelará que os terrenos onde assenta a cidade de Aveiro estiveram em tempo geológico muito recente, em confronto com o mar. Daqui advém em parte a dificuldade da localização dos vestígios da ocupação humana, pois a cobertura sedimentar poderá ter ocultado muitos dos arqueosítios.

Neste dia, ocorrerá ainda a inauguração da Exposição “BI Aveiro” às 17.30 horas, no Museu da Cidade, que poderá ser visitada até ao dia 12 de Maio. Esta exposição é um reflexo da identidade de Aveiro, os documentos expressam



bem essa perspectiva. Neste sentido, as peças seleccionadas prendem-se, em boa parte, com um cariz administrativo tendo subjacente a organização do território, a sua definição e valorização ao nível local e por reconhecimento de instâncias superiores. Estão aqui previstos os documentos alusivos à administração local e aos vários papéis institucionais de Aveiro no quadrante da jurisdição política / civil e eclesiástica de que são exemplo a atribuição de estatuto de sede de Distrito e de Diocese. Acresce a esta identidade a instalação de várias instituições com domínios muito próprios conduzindo ao estabelecimento de relações institucionais, num sentido de articulação ou quase justaposição de poderes, mas que vêm reforçar a importância de Aveiro e a sua projecção. Os elementos de referência neste capítulo são o Mosteiro de Jesus, a Santa Casa da Misericórdia e, mais recentemente, a Universidade de Aveiro.

Por fim, num espaço denominado por Memória Visíveis, a exposição invoca as vozes de Aveiro que tiveram reconhecimento público da sua acção e foram homenageados em monumentos escultóricos: José Estêvão; Princesa Santa Joana; João Afonso de Aveiro; João Evangelista Lima Vidal; Lourenço Peixinho; Gustavo Ferreira Pinto Basto; Álvaro Sampaio; José Rabumba; Alberto Souto; Jaime Magalhães Lima; Manuel Firmino. Partindo destes pressupostos, a exposição cumpre o princípio tridimensional da análise e construção histórica: o tempo, o espaço e a comunidade.

A recolha documental, que conta com o Comissariado Científico de Maria Helena da Cruz Coelho, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e Maria José Azevedo Santos, Directora

do Arquivo da Universidade de Coimbra, resulta na colaboração de um conjunto de instituições locais e nacionais: Arquivo Nacional da Torre do Tombo; Instituto Geográfico Português; Museu de Aveiro; Arquivo e Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra; Santa Casa da Misericórdia de Aveiro; Diocese de Aveiro; Arquivo Histórico Documental da Administração do Porto de Aveiro, Universidade de Aveiro, para além da Biblioteca Municipal e do Arquivo Histórico Municipal de Aveiro.

Por fim, as comemorações neste dia terminaram com a Sessão de agradecimento aos antigos e actuais Autarcas de Freguesia do Concelho de Aveiro, às 18.30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho.

Programa de Formação do Museu da Cidade

Com os objectivos de dar a conhecer o património cultural e natural da região de Aveiro, incentivar a participação activa da comunidade nas acções de valorização desse mesmo património, despertar consciências para a salvaguarda e valorização patrimonial, desenvolver acções de saber-fazer sobre bens patrimoniais, fidelizar públicos e captar novos segmentos e diversificar a oferta cultural, o Museu da Cidade de Aveiro organiza um programa de formação que integra várias actividades a decorrer durante todo o ano.

Até 18 de Maio decorre o segundo Ciclo de Conferências “Aveirenses Ilustres” onde se evoca um conjunto de personalidades que, com a sua acção, contribuíram para o desenvolvimento local e para a valorização da própria comunidade. Neste grupo inscrevem-se

tanto aqueles que dedicaram a sua vida ao melhoramento socioeconómico e cultural da cidade e da região, como os que, pela sua excelência e impacto do seu trabalho e das suas convicções e ideais, projectaram Aveiro ao nível nacional e internacional. De quinze em quinze dias, o Museu da Cidade presta homenagem a um Aveirense Ilustre.

De 7 de Fevereiro a 14 de Março, realiza-se a Acção de Formação “Aveiro: os Meandros do Património”, aos Sábados, das 9.00 às 17.30 horas, no Museu da Cidade. Nesta actividade serão abordados vários assuntos, entre os quais, identificar as fontes documentais de museus, arquivos e bibliotecas, compreender e interpretar o seu conteúdo e conhecer os procedimentos essenciais para o seu acesso e manuseamento.

“Percurso com História” consiste em percursos temáticos orientados por especialistas em História, Urbanismo e Arquitectura em que se explora a percepção da comunidade numa perspectiva dinâmica e evolutiva como forma privilegiada de compreender a construção da paisagem histórica de Aveiro. Esta iniciativa dá vida ao conceito de museu polinucleado que tem na cidade continuidade do próprio espólio museológico do Museu da Cidade de Aveiro. Ocorrerá, aos Sábados, de 14 de Fevereiro a 14 de Novembro, das 11.00 às 13.00 horas.

Para além destas próximas acções, o Museu da Cidade irá promover o Fórum “Que futuro para a Linha do Vale do Vouga” em Maio; o Seminário “Comemorar” em Junho; o Curso de Verão “Verão com o Museu da Cidade de Aveiro” de 13 a 17 de Julho; Curso de formação “Introdução de Museologia” a 15 de Outubro; Workshop “A Ciência

da Arte Nova” no dia 10 de Novembro, Workshop “Introdução à genealogia e Heráldica” e Cursos Livres de Agostinho da Silva “Património Histórico-Cultural de Aveiro”, ambos com datas a definir.

O Museu da Cidade tem a missão educativa/formativa como uma das suas valências estruturais. Formação entendida na perspectiva do conhecimento e de divulgação de cultura como veículos de valorização e salvaguarda patrimonial e direccionada tanto para a comunidade como para os próprios técnicos envolvidos na gestão de bens culturais. Esta noção fundamenta a organização de um conjunto de actividades centrado no conhecimento do património local, explorando a ambivalência natural-cultural, cujo valor contribui, decisivamente, para a identidade e diferenciação de Aveiro.

Neste papel educativo do museu a sua articulação e concertação com as outras entidades que agem no território e que colaboram activamente na vida da comunidade, aportando os seus saberes e os seus contributos para uma causa comum constitui uma mais valia e proporciona resultados qualitativamente superiores.

Inscrições para Workshop

A Câmara Municipal de Aveiro abriu as inscrições para o Workshop de Equilíbrio e Malabarismo- Iniciação que terá lugar aos Sábados, nos dias 14, 21 e 28 de Fevereiro, das 14.30 às 17.30 horas, na Casa Municipal da Juventude de Aveiro.

As inscrições, no valor de 25,00 euros e limitadas a 12 participantes com idade mínima de 14 anos, podem ser efectuadas na Casa Municipal da Juventude, de Segunda a Sexta-feira, das 9.30 às 18.00 horas, até ao próximo dia 6 de Fevereiro.

A entidade formadora Teatrus proporcionará o contacto com alguns tipos de materiais ligados à área do malabarismo e equilíbrio. Evidenciará que a prática do malabarismo e equilíbrio podem e devem ser articulados com outras formas de expressão, como a música e o teatro. Difundirá e ampliará este campo disciplinar, como uma arte capaz de movimentar grupos e gerar sociabilização.

Esta iniciativa insere-se no projecto “For’Jovem” que consiste num conjunto de acções de formação que pretendem desenvolver, nas diversas áreas culturais, um espaço de formação não formal numa vertente de acção pedagógica e adequada às exigências do público jovem de Aveiro.

Os seus principais objectivos consistem em proporcionar aos jovens o contacto com as diversas formas culturais, criando espaços de experimentação e



de aprendizagem; estimular nos jovens a curiosidade nas áreas por eles desconhecidas, levando-os à sua participação e, rentabilizar os tempos livres de uma forma lúdica, contribuindo para o desenvolvimento da formação pessoal do jovem. As áreas são diversas, desde a música, desporto, fotografia, artes plásticas, teatro, dança, informática, escrita, língua gestual, entre outras. – CMAveiro

Ciclo de Conferências “Aveirenses Ilustres”

Teve lugar dia 22 de Janeiro no Auditório do Museu da Cidade (Rua João Mendonça, 9/11), mais uma conferência do ciclo “Aveirenses Ilustres”

O Aveirense Ilustre homenageado foi Mário Sacramento, tendo sido convidado para palestrante Pedro Calheiros.

Com esta iniciativa que se enquadra nas Comemorações Aveiro 2009, a Câmara Municipal de Aveiro pretende preservar a identidade e a memória colectiva do nosso povo, homenagear personalidades que, activamente, deram o seu contributo para o desenvolvimento sociocultural e político-económico da região, valorizar a Historiografia Local e formar pedagogicamente públicos.

As palestras são quinzenais e na sua maioria são preparadas por investigadores e professores universitários que se dedicam ao estudo da temática. Associada à palestra evocativa decorre também uma pequena mostra de objectos ou literatura alusiva à individualidade evocada que estará patente durante 15 dias no espaço do Museu da Cidade.

Mário Sacramento: Médico, político, ensaísta, crítico literário, homem de espírito independente, determinado, frontal, democrático, generoso e grande defensor dos Direitos Humanos, foi conhecido por médico dos pobres. Nasceu em Ílhavo, em 1920, mas era de Ílhavo e de Aveiro. Viveu entre a medicina e a política, mas a paixão era a literatura. Este ilustre foi aluno e dirigente académico do Liceu José Estêvão e enquanto presidente da Academia do Liceu presidiu ao jornal dos alunos Voz Académica e promoveu diversas homenagens, entre elas, a Homem Cristo e a Agostinho da Silva. Este insigne foi sucessivamente, aluno da Faculdade de Medicina, de Coimbra, Porto e Lisboa e simultaneamente membro da Comissão Central de Movimento da União Democrática Juvenil (MUD Juvenil). Depois de concluído o curso, exerceu medicina em

Ílhavo e Aveiro, onde fixou residência. Em 1960 foi bolseiro do governo francês, no Hospital de St. Antoine, onde se especializou em gastroenterologia. Em 1965, representou a Sociedade Portuguesa de Escritores, em Itália, no Congresso dos Escritores Europeus. Em 1969 tornou-se secretário-geral do primeiro congresso republicano e logo de seguida mentor do segundo congresso de Oposição Democrática em Aveiro. Durante a sua intensa actividade política, este aveirense embrenhou-se num longo diálogo com os católicos, progressistas de Aveiro e participou activamente, na campanha eleitoral para a eleição de Arlindo Vicente à Presidência da República, em 1958. Em 1967 redigiu o seu testamento político.

Do seu contributo literário destacam-se, Ensaio de Domingo, Fernando Pessoa – Poeta da Hora Absurda e o seu

derradeiro artigo Último publicado no jornal O Litoral, em 1969. Dos livros que prefaciou, salienta-se: Horas Vivas, de Natália Correia, O Homem na Cidade, de diversos autores e Praça da Canção, de Manuel Alegre.

Este ilustre colaborou também em diversas revistas como Seara Nova e Vértice e ainda na secção de crítica literária do Comércio do Porto, do Diário de Lisboa e do Litoral. Sob vários pseudónimos, Mário Sacramento escreveu para jornais como, Independência de Águeda, Jornal do Minho, entre outros.

Presentemente o nome de Mário Sacramento dá nome a uma rua e a uma das escolas secundárias de Aveiro e ainda consta da toponímia de Ílhavo, Cova da Piedade, Setúbal e Loures e o seu rosto foi desenhado, esculpido e perpetuado por pintores e medalhistas. - CM-Aveiro

Notícias de Abrantes

Nelson Carvalho anunciou que não vai candidatar-se



A CPS do PSD em Abrantes, pede-nos a publicação do seguinte Comunicado, na sequência da decisão de não re-candidatura de Nelson Carvalho à CPS local:

Não é bom para a saúde da democracia, nem das autarquias, a perpetuação das mesmas pessoas e do mesmo partido no poder.

Só a renovação e a alternância permitem que os concelhos se desenvolvam e se faça a verdadeira avaliação do que foi feito.

A não recandidatura do Dr. Nelson de Carvalho é o reconhecimento pelo próprio de que o seu ciclo terminou, o que abona em seu favor.

Para nós, no entanto, a não recandidatura do Dr. Nelson Carvalho não nos motiva, nem nos entusiasma, porque a nosso projecto não é contra ninguém, em especial, mas a favor de todos e envolvendo todos, e além do mais, trata-se de uma questão que só ao próprio diz respeito.

Queremos um concelho plural, harmonioso e equilibrado onde as pessoas são importantes.

E, nesta medida, estamos a trabalhar para apresentar um programa capaz, competente, e que responda às necessidades dos Abrantinos.

Nas eleições autárquicas que vão decorrer em Outubro próximo, contamos com todas as pessoas, e, nesse sentido, também contamos com os antigos presidentes da Câmara de Abrantes, serão sempre pessoas cuja opinião teremos em consideração e com quem contamos, independentemente da sua cor política e das nossas divergências.

O PSD continuará a sua caminhada, como tem feito até ao momento, em direcção às eleições autárquicas, sem dele se desviar. - Abrantes, 20 de Janeiro de 2009, CPS/PSD



Autarcas da Coligação não faltaram à Festa de S. Vicente

Ricardo Rio convicto da vitória de Jorge Pires

Tal como sucedera em 2008, os Autarcas da Coligação “Juntos por Braga” não faltaram à chamada para participarem nas festividades de S. Vicente, nesta Freguesia urbana do Concelho.

A noite de Quarta-feira iniciou-se com um jantar de confraternização que reuniu cerca de meia centena de participantes num Restaurante da Freguesia, a que se seguiu a tradicional romagem à fogueira, junto da Igreja de S. Vicente, num são convívio com os Vicentinos que resistiram às condições meteorológicas adversas.

O jantar contou com a presença dos eleitos na Assembleia de Freguesia de S. Vicente nas listas da Coligação, bem como de diversos Vicentinos que apoiam esta candidatura. Também as recentemente eleitas concelhias do PSD e CDS-PP se fizeram representar, com diversos membros dos seus órgãos, assim como o líder da Coligação “Juntos por Braga”, Ricardo Rio.

Após o jantar tomou a palavra Jorge Pires, líder da Coligação em S. Vicente para agradecer a presença de todos e para recordar que podem contar com ele e com o seu grupo para lutar por S. Vicente e pelos Vicentinos.

Recordou que ao grupo da Coligação de S. Vicente não falta capacidade, motivação e seriedade e que serão capazes de vencer as próximas eleições autárquicas, mantendo a lógica de proximidade com os cidadãos e as instituições da Freguesia por que se tem pautado ao longo de todo o presente mandato.

Neste âmbito, enfatizou as inúmeras propostas que têm sido apresentadas em sede de Assembleia de Freguesia e as denúncias permanentes das principais preocupações dos Vicentinos, ainda sem resposta cabal da Junta de Freguesia ou da Câmara Municipal de Braga.

A este nível, sugeriu que apesar de ser muito importante para S. Vicente a Coligação ganhar as eleições para a Junta de Freguesia, mais importante é a vitória de Ricardo Rio para a Câmara Municipal, garantindo que podem contar com os Vicentinos para o ajudar a ganhar essas eleições.

A concluir, agradeceu aos dirigentes da Coligação, que com a sua presença e contínuo apoio demonstram que acreditam neste grupo de trabalho e lhe dão força para continuar a lutar pelo bem da Freguesia.

De seguida discursou Ricardo Rio, líder da Coligação “Juntos por Braga”, para destacar a grande liderança, de um grande grupo em S. Vicente, por parte de Jorge Pires. Recordou a todos que finalmente chegamos a 2009, ano porque tanto esperávamos.



Segundo o Vereador da Coligação, foram 3 anos de intenso trabalho, mas cada dia e mês que passa estamos mais próximos do nosso objectivo de devolver Braga aos Bracarenses. Ainda assim, alertou os presentes que este vai ser um ano muito exigente e de trabalho árduo para todos, de modo a que Braga possa festejar em Outubro a mudança por que tanto anseia.

Destacou o excelente trabalho que a Coligação tem feito em S. Vicente a denunciar o que está mal na freguesia e a apresentar propostas e desafiou os Vicentinos a comparar a junta de Freguesia de S. Vicente com as Juntas de outras freguesias urbanas do concelho, como S. Vitor, S. Lázaro, S. João do Souto ou Cividade que, apesar de terem uma “cor”

partidária diferente da do Presidente da Câmara, têm uma gestão muito mais dinâmica e prestam um apoio social muito importante aos seus cidadãos.

Ricardo Rio apelidou ainda o PS de S. Vicente de espelho do PS concelhio, ruindo a cada dia que passa, com contínuos conflitos e dissidências num “barco sem rumo”.

Mostrou, pois, plena confiança de que Jorge Pires será um excelente Presidente de Junta, que trará novas ideias e projectos para S. Vicente, e que demonstrará aos Vicentinos a diferença entre um projecto arrojado, dinâmico, virado para as populações e o marasmo e a falta de ideias de um Executivo que já esgotou o seu tempo.

Voltando a expressar total confiança

na vitória tanto em S. Vicente como para a Câmara Municipal de Braga, Ricardo Rio deixou um recado para quem acusa a Coligação de viver num mundo virtual e de lançar foguetes antes da festa: “-Passem menos tempo a ler os nossos blogs e ouçam o pulsar do Concelho e auscultem a vontade dos Bracarenses”.

Aproveitando a presença no jantar de Carlos Sá, Presidente da Junta de Freguesia de Priscos, Ricardo Rio lembrou que os autarcas da Coligação podem contar com o seu apoio para lidarem com a injustiça e discriminação a que são votados por parte da Câmara Municipal de Braga, quando esta toma consciência da irreduzibilidade das suas convicções”.

Em Braga, mesmo em relação às Juntas Socialistas, a Câmara segue uma lógica de “filhos e enteados”, mas essa conduta agrava-se em relação aos Autarcas que resistem ao canto das sereias socialistas, transformando-os nos “enfeitados” da democracia local.

Ao contrário do que alguns servís do poder apregoam, disse, a sua gestão autárquica quer uma Câmara Municipal que trate todos por igual, independentemente da sua cor partidária, e que defenda todos os Bracarenses e não apenas os interesses particulares de alguns.

No final do jantar, e apesar do tempo chuvoso, todos rumaram à fogueira de S. Vicente de modo a confraternizarem com os Vicentinos. - Coligação “Juntos por Braga” Gabinete de Comunicação

Notícias de Viseu

CPD/PSD reclama substituição da directora do Centro de Emprego de Lamego

A comissão política distrital de Viseu do PSD reclama a substituição da directora do Centro de Emprego de Lamego, na sequência das suspeitas de fraude detectadas pela Polícia Judiciária no âmbito do Programa das Iniciativas Locais de Emprego.

O presidente da distrital, José Cesário, lembrou em conferência de imprensa que a PJ “desmontou recentemente uma rede criminosa que actuava nos Centros de Emprego de Penafiel e de Lamego, provocando uma fraude de cerca de seis milhões de euros” no âmbito daquele programa.

“Depois de a matéria ter sido divulgada publicamente, aguardámos que houvesse da parte do Governo uma atitude em relação à direcção daquele centro de emprego (de Lamego), mas não houve”, afirmou, lembrando que um dos seus funcionários foi constituído arguido.

O PSD considera esta situação “particularmente grave” e, por isso, os seus deputados José Cesário e Melchior Moreira vão apresentar ainda hoje na Assembleia da República um requerimento onde pedem informações ao Ministério do Emprego.

No documento, perguntam se “é ou não verdade que foi a actual directora do Centro de Emprego de Lamego quem delegou as suas competências sobre a condução do Programa de Iniciativas Locais de Emprego no funcionário que agora foi suspenso e constituído arguido”.

“É ou não verdade que tal funcionário se encontrava já sob suspeita depois de ter sido alvo de um processo disciplinar na sequência de uma denúncia feita quando se encontrava em Penafiel? É ou não verdade que quem autorizou os pagamentos no Centro de Emprego de Lamego foi a directora da respectiva unidade orgânica?”, questionam ainda.

Segundo José Cesário, autarcas da região de Lamego vinham, desde 2006, “denunciando situações irregulares na direcção do centro de emprego”, devido a “evidentes casos de parcialidade e clientelismo político no âmbito da colocação de desempregados”.

Por tudo isto, o PSD estranha que a direcção deste centro de emprego “continue intocável” e se verifique “uma aparente recusa do Governo em retirar as evidentes ilações políticas deste processo”, tentando “de forma mentirosa atirar responsabilidades para anteriores directores”.

A Agência Lusa tentou, sem sucesso, contactar a directora do Centro de Emprego, Marisabel Moutela, que é também presidente da concelhia de Lamego do PS, e o líder da distrital de Viseu do PS, José Junqueiro, rejeitou responsabilidades de Marisabel Moutela. - Lusa



Notícias de Cascais

“Casas com Memória”: homenagem a Oliveira Marques

O n.º 12 da Rua dos Lusíadas, em S. Pedro do Estoril, passa a partir do dia 23 de Janeiro a pertencer oficialmente ao grupo concelhio das “Casas com Memória”. Numa iniciativa da Câmara Municipal de Cascais e da Junta de Freguesia do Estoril vai ser afixada às 11h00, uma placa informativa que assinala o facto de ali ter nascido, em 1933, o historiador A. H. de Oliveira Marques.

Tal como o nome sugere, o projecto “Casas com Memória” visa evocar na memória colectiva personalidades que nasceram ou fixaram residência em determinado período das suas vidas no concelho de Cascais. Fazem parte deste grupo de personalidades Fernando Pessoa, Franz Schreker, Fernando Lopes-Graça, Michel Giacometti, Mircea Eliade, Carlos Bonvalot e Branquinho da Fonseca, sendo que no âmbito do projecto “Casas com Memória” os imóveis a que estiveram ligados contam já com placas que assinalam esse facto.

Especialista em História da Idade Média Portuguesa, A. H. de Oliveira Marques destacou-se ainda no estudo e investigação de diferentes épocas e aspectos da nossa História: História Contemporânea, História da Maçonaria, Filatelia, Paleografia, Toponímia, entre outras áreas.

Autor de uma vasta obra publicada, Oliveira Marques contribuiu, com diversos trabalhos, para o conhecimento da História de Cascais, destacando-se a publicação, em 1989, por ocasião do 625.º aniversário da Vila, da transcrição integral e do estudo pioneiro da Carta de Vila de Cascais, outorgada por D. Pedro I em Santarém a 7 de Junho de 1364, a qual atribuiu a Cascais autonomia administrativa em relação a Sintra.

A. H. de Oliveira Marques | Nasceu em S. Pedro do Estoril em 1933. Doutorou-se em História pela Faculdade de Letras de Lisboa, onde leccionou durante vários anos. Em 1962, o apoio manifestado aos estudantes, levaram ao



seu afastamento da universidade Portuguesa. Entre 1965 e 1970 ensinou em diversas universidades norte-americanas. Regressou a Portugal em 1970, mas só viria a retomar a sua actividade como docente após o 25 de Abril de 1974, tendo na ocasião assumido também o cargo de Director da Biblioteca Nacional de Lisboa. Em Julho de 1976 tomou posse do lugar de professor catedrático da Universidade Nova de Lisboa (UNL). Em 1980, fundou o Centro de Estudos Históricos da UNL. Em 1998, foi condecorado pelo Presidente da República com a Grã-Cruz da ordem da Liberdade.

Escolas do Ensino Básico de Abóboda N.º1 e Bicesse renovadas

No dia 22, a Câmara Municipal de Cascais apresentou a nova face das escolas EB1 de Bicesse e n.º 1 da Abóboda. As intervenções realizadas visaram criar melhores condições não só para o ensino, mas também para o recreio das crianças. A inauguração teve lugar pelas 9h30 na EB1 n.º 1 da Abóboda e às 11h15, na

EB1 de Bicesse.

Na escola EB1 n.º 1 da Abóboda foi totalmente renovado o recreio, num investimento global de € 107.000,00. A intervenção consistiu na terceira fase de remodelação desta escola criando-se agora condições para uma melhor fruição dos espaços ao ar livre pela comunidade escolar. Depois de ter remodelado o edifício da escola e construído um novo edifício para refeitório, copa, salas para Actividades Extra Curriculares e Biblioteca, a Câmara estabeleceu uma parceria com a CERCICA – Cooperativa para a Educação e Reabilitação do Cidadão Inadaptado de Cascais para recuperar e equipar o logradouro da escola, conjugando-se, assim, a experiência e mais-valia social desta instituição de inserção com a orientação técnica da Divisão de Equipamentos e Infra-estruturas da Educação.

Agora os alunos podem contar com um campo de jogos equipado com balizas e tabelas de basquetebol da melhor qualidade adaptadas às respectivas faixas etárias, com estrutura verde de enquadramento, e ainda um espaço para a criação de uma horta pedagógica. Há também bancos e áreas definidas para actividades recreativas e um espaço para de piquenique com mesas e cadeiras junto à casinha da leitura.

No caso da EB1 de Bicesse, a intervenção consistiu na ampliação e remodelação do antigo edifício situado no logradouro da escola, tendo o projecto e obra sido concretizados pela Junta de Freguesia de Alcáideche no âmbito do protocolo firmado em 2008 com a Câmara. Graças a um investimento camarário de € 95.000,00 foi possível renovar o edifício dotando-o de todas as condições necessárias ao funcionamento de duas amplas salas de aula, com novos pavimentos e melhor isolamento acústico e térmico, garantindo-se a colocação de aquecimento central e a criação de unidades de instalações sanitárias e acesso em rampa ao espaço coberto já existente.



Gala do Desporto 2008 - Cascais homenageia atletas do Concelho

A Câmara Municipal de Cascais promoveu no dia 25 no Salão Preto e Prata do Casino Estoril, a Gala do Desporto de Cascais, iniciativa que visa homenagear os atletas do Concelho que se evidenciaram na época desportiva 2007/2008.

Esta homenagem constituiu um momento de convívio e de reconhecimento da comunidade desportiva de competição do Concelho e, simultaneamente, procura servir de estímulo para que cada vez mais jovens atletas pratiquem desporto.

Nesta noite de gala foram ser atribuídos prémios aos desportistas que obti-



veam resultados de excelência na época 2007/2008 a nível federado e no desporto escolar, que se enquadram nas seguintes classificações individuais e/ou colectivos:

- Campeão Regional / Distrital (Primeira Divisão);
- Nos três primeiros lugares em Campeonatos Nacionais;
- Nos 10 primeiros lugares em Campeonatos da Europa ou Campeonatos do Mundo, em representação da Selecção Nacional enquadrados por Federações com Utilidade Pública Desportiva;
- Nos cinco primeiros lugares em outras competições oficiais de nível internacional, como torneios, taças, em representação do Clube ou Selecção Nacional.

Foram ainda eleitos, através de um processo de votação por um Júri composto por personalidades ligadas ao desporto de Cascais, os Atletas Feminino e Masculino do Ano, a Equipa do Ano e o Treinador do Ano.

O Presidente da Câmara Municipal de Cascais, António d'Orey Capucho esteve presente nesta homenagem.

Cascais leva Fernando Pessoa para mundo virtual

O mundo virtual Second Life e a Biblioteca Municipal de S. Domingos de Rana apresentam desde sexta-feira, uma exposição inovadora sobre a obra “Mensagem” de Fernando Pessoa, intitulada

“Um Olhar”. Ao vivo e na plataforma virtual “Second Life”, esta mostra leva grande comunidade virtual a obra do grande poeta português acompanhada por pinturas de Joaquim Carvalho.

Desenvolvida pela Câmara Municipal de Cascais, em parceria com a Comunidade Cultural e Virtual (CCV), esta exposição factual e virtual integra poemas da Mensagem de Fernando Pessoa (em português e inglês dada a natureza internacional da plataforma virtual Second Life) ilustrados pelas pinturas de Joaquim Carvalho.

No decorrer da mostra está prevista a realização de uma palestra sobre o poeta que será transmitida online desde o Auditório da Biblioteca de S. Domingos de Rana para o mundo do Second Life. Para além do âmbito cultural, os visitantes podem ainda aceder a informações quer sobre Fernando Pessoa, quer sobre o Concelho de Cascais.

No mundo real, a exposição patente na Biblioteca de S. Domingos de Rana contará ainda com sessões de esclarecimento sobre a plataforma Second Life durante o período em que a exposição estiver patente.

Sendo 2009 o Ano Europeu da Inovação e da Criatividade, Cascais oferece a todos uma oportunidade de conhecer Fernando Pessoa, um ícone da cultura portuguesa, unindo os mundos real e virtual e projectando o conhecimento através de uma plataforma que atinge milhares de pessoas em todo o mundo.

Sobre a Comunidade Cultural e Virtual (CCV)

Associação sem fins lucrativos criada recentemente, tem por principal objectivo o desenvolvimento e apoio a projectos de divulgação de arte e cultura em mundos virtuais, com destaque para a plataforma Second Life. - Contacto: accvirtual@gmail.com ; Sobre a plataforma Second Life: Lançada em 2003, esta plataforma de comunicação 3D permite a criação de um ambiente virtual tridimensional onde se pode simular a vida real em todas as suas vertentes, e onde os residentes criam os seus “avatars” (bonecos virtuais). Portugal tem alguns exemplos de instituições e empresas presentes neste mundo, como o Ministério da Justiça, o Banco Espírito Santo ou a Universidade de Aveiro.

Programação:

Em Second Life (acessível a utilizadores desta aplicação informática. Quem não dispõe desta plataforma pode consultar informações em <http://secondlife.com>):

31 de Janeiro | 22h00-22h45 - Actuação de Rui Gaió [Peltzer Hirano em Second Life] Música portuguesa [www.myspace.com/peltzerr]

Nota: As horas indicadas são horas de maior audiência em Second Life

Na Biblioteca S. Domingos de Rana*:

7 de Fevereiro | 15h15-16h00 - Palestra de Manuela Nogueira [sobrinha de Fernando Pessoa]. Transmissão em tempo real para o Second Life;

24, 31 de Janeiro e 7 de Fevereiro | 16h00-18h00 – Formação em Second Life com membros de apoio;

31 de Janeiro | 15h15-16h00 – Palestras sobre a plataforma Second Life.

* Limitada à lotação da sala

Notícias de Ílhavo

Câmara promove Regras de Boas Práticas Ambientais



Na continuidade do trabalho desenvolvido em anos anteriores, no âmbito da Educação e Sensibilização Ambiental, a Câmara Municipal de Ílhavo, em parceria com a empresa SUMA promoveu, de 20 a 26 de Janeiro, a campanha “Dividir para Reinar”, junto dos Jardins de Infância e Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico do Município.

Com destaque para a política dos 5 R’s - Reduzir, Reciclar, Reutilizar, Respeitar e Responsabilizar, esta iniciativa teve o principal objectivo de dinamizar, junto dos mais novos, a prática de acções relacionadas com a correcta triagem, acondicionamento e deposição de resíduos, melhorando o desempenho ambiental de cada uma das Escolas, assumindo ainda o particular formato de uma história de encantar, com «Reis, Magos e Sereias, e um menino chamado Bartolomeu, que quer muito ser um Eco-mosqueteiro defensor do Ambiente», sonho ou desejo desde logo partilhado pelas Crianças do nosso Município.

Reforçar temáticas desenvolvidas em anteriores campanhas de Sensibilização Ambiental, conferindo-lhes o novo formato de estória de encantar, em suporte Livro e CD Áudio, destinados a apoiar a dinamização desta temática em situação formal de aprendizagem e em contexto



de sala de aula, é a principal estratégia desta acção conjunta da Câmara Municipal de Ílhavo e da SUMA, que salienta as vantagens de uma conduta ambiental responsável.

Dia Aberto na Piscina Municipal de Ílhavo

A prática regular de actividades de âmbito desportivo ocupa um lugar de grande relevância na sociedade actual, que alia o bem-estar físico ao convívio e à interacção social.

Consciente da sua importância, a Câmara Municipal de Ílhavo promove, no próximo dia 31 de Janeiro (Sábado), o “Dia Aberto” na Piscina Municipal de Ílhavo, com entradas gratuitas durante

todo o dia em várias modalidades, tais como Hidrobike, Hidroginástica, Natação para Bebés, Hidroterapia, Massagens, Pré e Pós-Parto, entre outras.

No mesmo dia, e no âmbito do programa “Sábados Divertidos Náuticos”, terá ainda lugar a realização de aulas de Canoagem, Mergulho e Pólo Aquático, dirigidas a crianças entre os sete e os quinze anos de idade, que podem participar livremente nestas três actividades.

A participação neste “Dia Aberto” destina-se a utentes das Piscinas Municipais de Ílhavo e da Gafanha da Nazaré, podendo ainda trazer uma pessoa convidada, de qualquer idade, mediante a pré-inscrição junto dos balcões de atendimento das piscinas.

Para mais informações, ou inscrições, contacte:

Piscina Municipal de Ílhavo Tel. 234 329 607
Piscina Municipal da Gafanha da Nazaré Tel. 234 363 080
piscinasmunicipais@cm-ilhavo.pt

Horário das Actividades

Manhã - das 9h30 às 12h30

9h45 às 10h15	Hidrobike
10h30 às 11h	Natação Terapêutica
10h30 às 11h30	Mini-Polo
11h15 às 11h45	Bebés
11h15 às 11h45	Hidroginástica
11h30 às 12h30	Pólo Crianças e Jovens

Tarde - das 15h00 às 19h00

15h às 16h30	Canoagem
16h às 16h30	Pré-parto
16h às 16h30	HidroKids
16h30 às 17h	Pós-parto
16h30 às 17h	Hidrobike
17h às 17h30	Hidrobike
16h30 às 18h	Mergulho
17h30 às 18h	Hidrobike
18h às 18h30	DeepWater

Fonte: CM-Ílhavo



Notícias de Évora

Empresas em risco mostram demasiada vulnerabilidade à crise financeira e económica

O PSD de Évora está preocupado com as dificuldades que atravessam as empresas Kemet Electronics e Tyco Electronics, a ameaça de desemprego que paira sobre centenas de trabalhadores e as consequências sobre as suas famílias, secundando a posição da Câmara de Évora no apelo à intervenção do Governo para garantir os postos de trabalho existentes.

O PSD teme que os efeitos da crise financeira mundial sejam bastante violentos e devastadores sobre o emprego em Évora, que corre o risco de observar uma escalada do desemprego sem precedentes nas últimas décadas, afectando principalmente os jovens, mesmo que altamente qualificados, as mulheres e os trabalhadores menos preparados em qualificações profissionais, cujo ciclo pode ter sido iniciado com o encerramento da unidade industrial-têxtil Lee, mas que poderá arrastar-se até ao comércio e aos serviços, incluindo a hotelaria e a restauração.

Évora está particularmente vulnerável aos efeitos da crise por não ter aproveitado as últimas 2 décadas de desafogo económico, apetrechando-se para enfrentar períodos de recessão cuja alternância se adivinhava. As infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento da economia, da qualidade de vida e do desporto, tantas vezes prometidas como adiadas, tornam-se mais difíceis de erigir num futuro próximo: o parque de feiras e exposições, o parque desportivo, o parque urbano de lazer, a biblioteca pública, o arquivo distrital, o novo hospital regional, a conclusão das variantes ao trânsito, a recuperação do salão central eborense, entre outras.

Évora tornou-se nas 2 últimas décadas numa cidade de futuro sistemática e repetidamente adiado, onde o desemprego já havia disparado antes da crise que agora vivemos, gorando expectativas de novas unidades industriais na aeronáutica, no comércio e lazer, de novos empreendimentos turísticos que não passam do papel ao terreno, à conta dos quais se prometeu a criação de milhares de novos postos de trabalho, mas que se esfumaram logo que terminaram as campanhas eleitorais.

Em lugar de uma economia local competitiva, dinâmica e diversificada, preparada para enfrentar os efeitos da crise internacional, Évora depara-se com debilidades que não conseguiu corrigir e desafios que não venceu, anteriores e independentes da crise: um Centro Histórico em agonia comercial, um Património da Humanidade em acelerada degradação (reconhecida pela UNESCO), uma animação cultural e comercial incipiente apesar dos novos equipamentos (ex. da Arena onde não ocorreu animação de passagem de ano nem acolherá o prometido Congresso do PS), a crescente

degradação da oferta de lazer (ex. dos cinemas),...

A continuada perda de população, o agravamento da desertificação do Centro Histórico, a perda de atractividade cultural de Évora, o deficiente acolhimento turístico, o caótico trânsito e a falta de estacionamento, o crescimento da especulação imobiliária que se prometeu estancar, a diminuição da eficiência dos serviços municipais, são desafios que Évora conta hoje como não vencidos.

Resultam, não da crise financeira internacional, mas sim da ausência de políticas autárquicas audazes e eficazes, que não abundaram nas últimas 2 décadas e que há que incentivar sem mais adiantamentos. – CPS/Évora



Notícias de Lisboa

Juntas de freguesia da Baixa e zonas limítrofes “alarmadas” com o novo plano de desvio de trânsito, que pode “ser um desastre”.



A maior parte dos presidentes de juntas de freguesia abrangidas pelo plano da Câmara de Lisboa para desviar o trânsito da Baixa estão “alarmados” com as consequências desta medida, revelou a vereadora social-democrata Margarida Saavedra.

“Os autarcas não se tinham apercebido das consequências que esta medida iria ter para as suas freguesias em termos

de desvios de trânsito e todos eles se mostraram profundamente preocupados e alarmados”, disse à Lusa Margarida Saavedra, depois de uma reunião com presidentes de junta das freguesias afectadas.

“O plano da retirada de trânsito foi muito publicitado, mas foram pouco publicitadas as consequências do desvio do trânsito pela cidade. Foi tudo de forma

subtil”, afirmou a vereadora, sublinhando que o plano prevê, por exemplo, “mais 1.000 carros por dia na Avenida Fontes Pereira de Melo e 48 carros/hora na Álvares Cabral”, o que não é verdade, peca por excessivo defeito. MAS NÃO SÓ!

“Queremos que esses debates públicos seja publicitados. A Câmara esqueceu-se de explicar por onde vai passar o trânsito que deixa a Baixa. É preciso perceber o preço que se vai pagar por isto”, disse margarida Saavedra.

“Alguns consideraram que estas alterações vão tornar inabitáveis as freguesias onde estão”, afirmou, acrescentando que cada autarca vai agora elaborar um documento com a sua posição para posteriormente ser proposto um debate público desta situação.

A autarca sublinhou ainda que, com o plano apresentado pela Câmara de Lisboa, o trânsito “vai ser desviado para zonas que já tem situações complicadas neste momento e não comportam mais automóveis”.

“Há zonas que estão a ser reabilitadas para habitação e podem deixar de o ser se essas vias se transformarem em vias de atravessamento”, disse, exemplificando: “A Câmara tem feito um esforço para chamar as pessoas para as Avenidas Novas e agora está previsto o abate central de árvores nalgumas zonas para criar mais faixas de rodagem”.

Apesar de reconhecer que “aparentemente” o plano melhorará o trânsito no Terreiro do Paço - e só no Terreiro do

Paço! - Margarida Saavedra afirmou que “não irá melhorar no caso da Baixa”.

“Os comerciantes receiam - aliás têm a certeza! - que vão perder clientes, numa altura em que a crise já se encarrega da fazer rarear a clientela! Toda a cidade vai pagar por isto, porque não se pode desviar o trânsito sem criar infra-estruturas suplentes - e essas não são previstas, nem estão no horizonte”, afirmou.

O plano estabelece um corte na ligação da Baixa à frente ribeirinha para o tráfego automóvel, à excepção dos transportes públicos.

Prevê igualmente que os automóveis particulares só possam ir na direcção Santa Apolónia/Cais do Sodré/Alcântara, e vice-versa, pela Ribeira das Naus, e que o estacionamento na zona fique reservado a moradores e comerciantes.

A Rua da madalena, exemplo significativo, como comportaria, na sua actual situação da prática saturação, mais quase 1000 a 900 carros/hora nas horas de maior trânsito? Seria o caos. - Fonte: Lusa

Grupo do PSD na Assembleia Municipal de Lisboa

MOÇÃO I

Em 2003, por decisão do Governo liderado pelo PSD, foram criadas as Autoridades Metropolitanas de Transportes de Lisboa e do Porto, tendo como objecto principal racionalizar e modernizar a articulação dos diversos modos de transporte nas grandes áreas metropolitanas, visando a melhoria da mobilidade e da qualidade de vida dos cidadãos.

Após a sua entrada em funções em 2005, o actual Governo suspendeu o processo de constituição formal das Autoridades Metropolitanas de Transportes, prejudicando enormemente a vida das Cidades e perdendo tempo precioso para a resolução de diversos aspectos ligados à mobilidade urbana.

Foi preciso esperar quase 4 anos para que o PS aprovasse, no Parlamento, a Lei nº 1/2009, de 5 de Janeiro, que estabelece o regime jurídico destas Autoridades.

Mas, e acompanhando as afirmações do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. António Costa, a Autoridade agora criada “de autoridade tem pouco, visto que é subordinada ao Governo /.../ de metropolitana tem menos ainda, porque é uma entidade da administração central e de transportes também não tem quase nada, visto que a maior parte dos pesados não entram no seu âmbito de



competências”.

Efectivamente, quer no seu órgão deliberativo, o Conselho Geral, quer no seu órgão executivo, o Conselho Executivo, o Governo nomeia a maioria dos respectivos membros, ficando os Municípios em minoria.

Acresce que o mandato dos membros destes órgãos é de 4 anos, implicando que a sua nomeação, a ocorrer agora, irá perpetuar-se durante o mandato do Governo e dos órgãos municipais que resultarem das eleições legislativas e autárquicas a realizar em 2009, o que é inaceitável.

Considera-se, pelo menos no que respeita à indicação de membros para aqueles órgãos por parte do Município de Lisboa, que deverá ser garantido, ao Executivo camarário que vier a ser eleito no corrente ano, a possibilidade de as ratificar ou de proceder a novas nomeações.

Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 20 de Janeiro de 2009, delibera:

1. Manifestar a sua profunda desilusão e preocupação face à solução desenhada pelo Governo do PS para as Autoridades Metropolitanas de Transportes, que não contribui para a melhoria da mobilidade nas cidades, e também em Lisboa.

2. Que as nomeações que a Câmara venha a efectuar para os órgãos da Autoridade Metropolitana de Lisboa o sejam a título transitório ou precário, garantindo ao Executivo camarário que vier a ser eleito no corrente ano, a possibilidade de as ratificar ou de proceder a novas nomeações. - Assembleia Municipal de Lisboa, em 19 de Janeiro de 2009, O GRUPO MUNICIPAL DO PSD

“Acompanhamento da acção da Câmara Municipal pela Assembleia Municipal de Lisboa”

O corrente ano é de extrema importância para a cidade de Lisboa pois decorre no seguimento de um larguíssimo período de acentuada inacção da actividade municipal, num momento em que existe uma grande indefinição à escala

nacional e mundial, prevendo-se mesmo um quadro de recessão em Portugal, de que resultarão seríssimas dificuldades económico-financeiras a nível empresarial e das famílias, para além de ser um ano eleitoral para os todos os órgãos do Município e das Freguesias.

O Orçamento para 2009 e as Grandes Opções do plano para o quadriénio de 2009 a 2012 apresentados pelo Sr. Presidente António Costa deixaram as maiores dúvidas sobre os pressupostos em que foram construídos, bem como sobre a capacidade do actual executivo em desenvolver uma política consentânea com as necessidades de Lisboa e dos lisboetas, no quadro de grande turbulência que se avizinha.

Acresce, que o lamentável e censurável comportamento pessoal e político do Sr. Presidente António Costa, claramente demonstrado na última reunião desta Assembleia Municipal, não nos dá qualquer garantia de isenção e transparência políticas neste percurso.

Efectivamente, na última reunião desta Assembleia, e durante o período de discussão e votação daqueles instrumentos de gestão municipal, o Sr. Presidente António Costa não só recusou ostensivamente receber um exemplar, que estava a ser distribuído nos termos regimentais, de uma Recomendação apresentada pelo PSD sobre a matéria em apreciação, como liderou o abandono colectivo, intempestivo e arrogante do seu executivo, antes de se discutir e votar a referida Recomendação, e que se reportava directamente à actividade da Câmara.

O Partido Social Democrata fez, também, uma análise muito crítica das propostas de Orçamento para 2009 e das Grandes Opções do plano para o quadriénio de 2009 a 2012, pelas razões então aduzidas em plenário, a que nem a Câmara nem o PS conseguiram responder de forma consistente.

Ainda assim, consciente das suas responsabilidades enquanto força política maioritária nesta Assembleia e ainda receptivo ao apelo de Sua Ex.^a o Sr. Presidente da Republica no sentido de uma contribuição activa para o melhor

desempenho dos actuais órgãos de poder em Portugal, e na óptica da colocação dos interesses da Cidade, que se sobrepõem aos partidários, o Partido Social Democrata viabilizou tais instrumentos de gestão de forma a, por um lado, não criar álibis desculpabilizantes ao actual executivo, tão hábil em exibi-los, e, por outro, a contribuir para, através de uma fiscalização permanente do executivo ao nível geral e com o apoio especializado ao nível das suas Comissões Permanentes, melhorar a sua execução e garantir a sua transparência.

Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa reunida em 20 de Janeiro de 2009, delibera:

1. Exigir à Câmara Municipal de Lisboa que na execução do Orçamento e do Plano de Actividades para 2009 envie, mensalmente, à Assembleia Municipal, que os poderá remeter para as respectivas comissões permanentes, os seguintes elementos com toda a documentação que lhes estiver inerente:

a) Balanço mensal de Receitas e Despesas da Câmara Municipal e das Empresas Municipais;

b) Relatório das Actividades desenvolvidas pelas Empresas Municipais durante o respectivo mês, com tradução económico-financeira;

c) Discriminação das transferências correntes e de capital efectuadas pelo Município durante o respectivo mês e a sua justificação;

2. Exigir uma actualização das transferências para as Juntas de Freguesias na próxima revisão orçamental em 3%;

3. Exigir, na próxima revisão orçamental, a mesma actualização de 3% nas áreas de Acção Social, Actividades Económicas e Juventude e Desporto;

4. Proceder ao acompanhamento permanente das acções de reabilitação urbana, acção social, elaboração dos instrumentos de planeamento urbanístico e intervenções no espaço público, através de reuniões semanais com os respectivos responsáveis políticos e dirigentes municipais. - Assembleia Municipal de Lisboa, 19 de Janeiro de 2009, O Grupo Municipal do Partido Social Democrata





Notícias do Seixal

Edson Cunha aposta numa imagem política de modernidade e honestidade

O candidato do PSD à câmara do Seixal, Paulo Edson Cunha, tem o sonho de conquistar a câmara ao Partido Comunista, no poder há mais de 30 anos, apostando num estilo semelhante ao do novo Presidente norte-americano Barack Obama.

Apesar de recusar uma colagem à imagem do novo líder dos Estados Unidos, o facto de ter adaptado a mensagem da campanha de Obama num cartaz eleitoral para as próximas autárquicas colocou este advogado de 39 anos no centro das atenções.

No painel erguido numa rotunda do concelho do Seixal um dia depois da eleição do novo governante norte-americano, o lema “Yes, We Can”, transformou-se em “Sim, nós (também) conseguimos” e a associação entre Obama e o candidato do PSD surgiu de forma imediata.

Para Paulo Edson Cunha, foi apenas a melhor forma de transmitir uma ideia de renovação e de criar empatia.

“Quisemos aproveitar sobretudo a boa campanha, a boa imagem política que foi dada, porque é necessário haver alguma renovação dos quadros políticos, na forma como se transmite a política às pessoas, na empatia que existe entre os políticos e a população”, afirmou à agência Lusa Paulo Edson Cunha, fri-

sando que a utilização do lema de Barack Obama foi uma estratégia de marketing político, como acontece com outros partidos políticos.

Mas o candidato a autarca assume a admiração e a inspiração política, garantindo, no entanto, que as semelhanças com Obama (para algumas pessoas, até físicas), passam sobretudo pela forma como quer estar no mundo da política.

“É uma nova forma de fazer política. Inspira-me como inspira todo o mundo. O mundo acabou por ficar inspirado pela forma autêntica de fazer política, pela forma directa e sincera”, disse.

“Acabou por ser criada uma nova interação entre os políticos e a população. Foi dessa forma que Barack Obama acabou por ser uma inspiração, pela forma como interage com as pessoas, a sua preocupação pelas pessoas e pelo facto de ser um político que é no fundo um cidadão comum, que está próximo dos problemas reais das pessoas”, reforçou o advogado.

Atitude que, segundo o candidato social-democrata, poderá abrir horizontes e mudar a actual postura da população face à política, nomeadamente da juventude.

No Seixal, temos 170 mil eleitores e a CDU conseguiu a sua maioria (nas eleições anteriores) com apenas 24 mil



votantes. A grande maioria das pessoas não quis saber, não quer saber da política em geral. E é isso que está em causa, aproximar as pessoas da política”, referiu.

Mesmo assim, há muitos acasos que ligam Paulo Edson Cunha ao Presidente que vive do outro lado do Atlântico.

Ambos têm as suas raízes em África, são formados em Direito, têm dois

filhos e detêm uma paixão especial pela política.

“Meras curiosidades pessoais”, afirma o advogado, admitindo, porém, que estas coincidências já deram origem a várias situações onde são apontadas as semelhanças entre os dois políticos, que Paulo Edson Cunha encara sempre com um sorriso. - Fonte: Lusa

Notícias dos Açores

Berta Cabral propõe sistema de incentivos complementares à aquisição de casa própria

A líder do PSD/Açores propôs a criação de um sistema de incentivos complementares à aquisição de habitação própria pelas famílias.

“Quem adquiriu habitação está com dificuldade em solver os seus compromissos e quem não adquiriu está com dificuldade em obter crédito para o efeito”, afirmou Berta Cabral, no final de uma audiência com o presidente do governo regional sobre Plano Investimentos para 2009 e as Opções de Médio Prazo 2009-2012.

Para a líder social-democrata, é “urgente” que o governo regional acolha esta proposta do PSD/Açores, de forma a “aliviar as famílias”.

Berta Cabral defendeu, igualmente a redução do IRS até 30 por cento, de forma a beneficiar a classe média, “que é quem paga impostos e sustenta a nossa economia”.

A presidente do PSD/Açores recordou que a classe média “não está a ser abrangida pelas reduções efectuadas no



ano passado”.

No apoio às famílias, a líder social-democrata propôs, ainda, que existam “medicamentos tendencialmente gratuitos para os pensionistas com pensões inferiores ao salário mínimo regional”.

No apoio às empresas, Berta Cabral defendeu que as obras públicas devem ser de “menor dimensão ou lançadas de

forma faseada, para que os nossos empresários possam concorrer as essas obras”.

“Lançar obras em pacotes gigantes, como aconteceu ultimamente, deixa à margem os empresários regionais, que depois, como subempreiteiros, acabam por ter margens esmagadíssimas e ter problemas ao nível da manutenção e criação de postos de trabalho”, salientou.

Para a presidente do PSD/Açores, “o emprego tem que ser a preocupação número um nos Açores e isso só se consegue apoiando as empresas regionais”.

Ano e meio de QREN “sem projectos para a agricultura”

O PSD/Açores denunciou hoje que, “ano e meio depois da assinatura do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013”, não é conhecido “qualquer projecto de investimento na agricultura aprovado para a região”.

Recordando que o QREN teve início a 1 de Janeiro de 2007, “tendo sido assi-

nado entre Portugal e a União Europeia em Julho do mesmo ano”, os social-democratas, através do seu responsável para a agricultura, acusam os governos regional e da república de “ineficácia nos processos burocráticos que analisam os projectos”.

A falta deu origem a um requerimento, enviado à assembleia legislativa, em que António Ventura quer saber “até hoje, quantos projectos de investimento para a agricultura deram entrada na administração regional” e, desses, “quantos estão aprovados”.

O deputado salienta “a importância do investimento financeiro para os agricultores açorianos”, já que o mesmo “se traduz na modernidade no desenvolvimento, permitindo a adaptabilidade dos processos produtivos a novas realidades”, explica o social-democrata.

“Essa evolução agrícola, mas também as dificuldades com que se depara a nossa lavoura, como a descida do preço do leite, tornam-na um grupo a carecer de

atenções especiais”, pelo que “é urgente agilizar a análise dos projectos”, uma valia “que o governo regional diz existir mas que, na prática, não deu quaisquer resultados”, acrescenta.

Segundo o PSD, os agricultores “alegam que esta situação está a agravar o seu rendimento”, pois “embora possam efectuar investimentos após a entrega do projecto à tutela”, a verdade é que “ninguém se atreve a fazê-lo sem saber se o mesmo está ou não aprovado”, realidade que resulta “das dificuldades em assumir financeiramente os investimentos sem a participação comunitária”.

António Ventura quer informações sobre os prazos estimados pelo governo regional para “a aprovação de um projecto depois de dar entrada para análise”, realçando que o executivo “tem de perceber que os investimentos em agricultura devem ser rápidos, pois os ritmos naturais do sector são lentos, assim como o retorno desses mesmos investimentos tem um tempo longo”, conclui. - Gab. Imp. PSD/ALRA

PSD quer que governo esclareça moradores e proprietários

O PSD/Açores desafiou o governo regional a reunir com moradores e proprietários que possam ser afectados com a obra de ampliação da pista do aeródromo de São Jorge.

Em requerimento enviado à Assembleia Legislativa dos Açores, o deputado social-democrata Mark Marques afirmou que “correm rumores de que muitas habitações terão de ser demolidas” na zona a norte da pista, salientando que esta “especulação” é gerada pela “falta de informação”.

Para o parlamentar do PSD/Açores, o governo regional “deverá, de uma forma clara e transparente, esclarecer toda a população residente e proprietária naquela zona”.

Mark Marques acrescentou que, até hoje, o executivo, através da SATA – Gestão de Aeródromos, “nunca reuniu ou esclareceu os moradores e proprietários da zona envolvente à pista do aeródromo”. – Gab Imp. PSD/Açores

Governo “falha” nos apoios às equipas da região

O PSD/Açores denunciou o incumprimento, por parte do governo regional,



“da promessa de aumentar os apoios complementares aos clubes açorianos que se deslocam inter-ilhas e para o continente” na sua actividade desportiva, querendo o seu grupo parlamentar saber “qual a razão de, passado um ano da promessa feita, tal aumento não se ter verificado”.

Segundo um requerimento, enviado hoje ao parlamento açoriano pelos de-

putados Clélio Meneses, Carla Bretão e António Ventura, esse é um dos aspectos “que tem merecido recorrentemente a crítica de clubes, associações e agentes desportivos”, dada a necessidade de aumento dos apoios complementares “de modo a suportar o crescimento sucessivo das despesas inerentes às deslocações”, diz o documento.

Para Clélio Meneses verificou-se, “uma vez mais, que o cumprimento da palavra dos responsáveis políticos não aconteceu”, com o parlamentar a recordar que foi o vice-presidente do governo quem, “em representação do presidente do governo, e na última gala do desporto açoriano, realizada no início de 2008, garantiu que iria ser atribuído aos clubes e associações da região mais um dia de apoio complementar no sentido de fazer face ao referido aumento de despesas”, explicou.

O deputado do PSD refere que Sérgio Ávila afirmou “para além disso, que o executivo aumentaria os apoios de forma a terminar com as participações em jornadas duplas”, o que, e cerca de um ano depois, “se constata serem duas promessas incumpridas, com claro prejuízo para os clubes, associações e mesmo para a

actividade desportiva açoriana”, lamenta.

“São inúmeros os exemplos de promessas não cumpridas pelos governantes socialistas e de declarações públicas que acabam por não serem concretizadas”, disse também Clélio Meneses, para quem o apoio à actividade desportiva nos Açores “tem sido alvo de contestação, considerando a falta de critérios claros nas respectivas atribuições, a discrepância de montantes destinados ao desporto profissional e amador, para além dos atrasos que por vezes surgem”.

No caso concreto, “a imposição da realização de jornadas duplas, pondo em causa a adequada participação dos clubes da região em provas nacionais, afecta também o sucesso desportivo e todo o trabalho planeado e realizado”, acrescenta.

Para os deputados laranja é urgente saber “quando pensa o governo regional tomar as medidas adequadas ao cumprimento das referidas promessas” e “quais os termos concretos, designadamente ao nível dos valores, em que se poderá concretizar o cumprimento do compromisso relativo aos apoios complementares”, concluiu o parlamentar do PSD. - Gab. Imp. PSD/Açores

Notícias do Barreiro

Tomada de Posse da Comissão Política de Secção



Teve lugar no passado dia 24, na sede concelhia do PSD Barreiro, a tomada de posse da nova CPS – Comissão Política do PSD Barreiro, liderada por Olga Paredes.

Formou-se quase de forma natural a equipa que agora inicia funções e é o resultado de uma união em torno de valores, ideais e objectivos comuns. Trata-se de um grupo coeso, altamente motivado e empenhado no trabalho em prol do Barreiro.

Em ano eleitoral esta CPS irá contribuir para que o PSD alcance a vitória quer nas eleições europeias, quer nas legislativas, participando activamente nas campanhas eleitorais em coordenação com as restantes Secções do Distrito e com a Comissão Política Distrital.

A nível autárquico os objectivos da CPS passam por três linhas de actuação:

Atrair “sangue novo” para o espaço político, procurando a intervenção activa dos militantes, simpatizantes e munícipes.

Aumentar a votação das últimas eleições implementando uma comunicação activa com os Barreirenses e evidenciar o excelente trabalho desenvolvido pelos autarcas eleitos do PSD, nos diversos órgãos autárquicos, ao longo dos anos.

Modernizar a cidade. Transformar o Barreiro numa cidade com vida própria, provendo uma melhor qualidade de vida para os barreirenses.

Investir na criação de um espaço urbano atractivo, em espaços verdes, parques infantis, zonas de convergência familiar e na cultura, não esquecendo que modernizar também passa por constituir uma cidade solidária, uma comunidade responsável ao nível da justiça social, protegendo os mais desfavorecidos e carenciados, solidária entre gerações

Criar condições para o reconhecimento e valorização de talentos e capacidades dos Barreirenses, trabalhar quer com a comunidade associativa do Barreiro, em cooperação, quer com as escolas dos diversos níveis de ensino.

Incentivar o investimento empresarial no concelho é fundamental, através de parcerias estratégicas, facilitar a implantação para a criação de postos de trabalho qualificado e facilitar a fixação de população no Barreiro, invertendo a tendência dos últimos anos

Em suma, fazer com que os Barreirenses, no futuro, se sintam em casa e sintam que o Barreiro é a sua terra.

O PSD é a alternativa responsável e credível para a Concelho do Barreiro. - CS/PSD-Barreiro

Receitas da JSD para Combater o Desemprego

Em Portugal, a taxa de desemprego nos últimos tempos tem continuado a crescer, muito por culpa do encerramento de várias micro, pequenas e médias empresas, não fossem estas representativas de mais de 90% do tecido empresarial do nosso país.

Este panorama tem teimado em repercutir-se de modo mais intensivo e progressivo sobre a classe etária mais jovem, abrangendo tanto jovens com formação genérica, bem como jovens com formação técnica profissionalizante, sendo que também se assiste a um novo fenómeno de jovens licenciados desempregados que coloca Portugal na cauda da Europa relativamente a este assunto, o que não deixa de assumir-se como paradoxal e aberrante, considerando o baixo nível de iliteracia do país. Podem ser identificadas várias causas para este problema, que agrupamos em três grandes clusters:

1. Formação – existem evidentes lacunas e falhas, transversais a todos os níveis do nosso sistema de ensino, que o tornam demasiado teórico e desalinhado com as reais necessidades do mercado. É um sistema essencialmente preparado para a “doutorice”, incapaz de gerar quadros técnicos intermédios, e os licenciados que o presente sistema forma, na sua generalidade, é incapaz de os vocacionar para a inovação ou para a formação de futuros empresários;

2. Empresarial – a falta de inovação no nosso tecido empresarial, essencialmente conservador e caracterizado por uma fraca competitividade, tem tido como consequência o encerramento de empresas e o fim de postos de trabalho, fomentando ainda a precariedade laboral, com os já famigerados trabalhos de carácter temporário e falsos recibos verdes;

3. Atitudes – a cultura portuguesa é caracterizada por alguma ausência de espírito empreendedor, fraca capacidade de reconhecimento de oportunidades e elevado desconhecimento de fontes de financiamento e de programas de apoio ao empreendedorismo, o que coloca Portugal abaixo da média do empreendedorismo jovem da Europa.

A contratação por conta de outrem não é o único caminho possível!

Tendo em conta os problemas identificados, é necessário desenvolver estratégias tendentes à correcção deste “status quo”, em que por um lado exista a capacidade e “know how” técnico da força de trabalho ao dispor dos empresários, sendo assim fundamental uma séria e forte aposta no ensino técnico profissionalizante, bem como medidas que ofereçam segurança aos jovens e aos estudantes universitários, visto que o fantasma do desemprego nunca os deixará de acompanhar durante todo o seu percurso académico. É também necessário demonstrar aos jovens que a contratação



por conta de outrem não é a única saída para o seu futuro profissional. Muito pelo contrário, esta opção traduz-se hoje num futuro com pouca autonomia e fraca flexibilidade. O empreendedorismo surge então como uma alternativa para o percurso profissional de um jovem. Tendo em conta estas evidências, consideramos que no nosso Distrito deveriam ser tomadas determinadas medidas, tais como:

Medidas promovidas pelas Câmaras Municipais:

- Incentivos Fiscais às empresas que se queiram implementar no distrito de Setúbal;
- A promoção e desenvolvimento do empreendedorismo nos jovens promovendo sessões de formação empresarial, sobretudo relacionadas com as temáticas do planeamento, gestão,

financiamento e “os primeiros 100 dias da Empresa”;

- Criação de Concurso de jovens empreendedores e apoio à criação de Planos de Negócio com apresentações de ideias e planos de negócio como o exemplo do DNA Cascais no Município de Cascais – www.dnacascais.pt – ou Amadora Empreende no Município da Amadora - Criação de incubadoras de empresas que ofereçam incentivos financeiros (e.g. descontos na renda mensal) nos primeiros anos de vida a empresas criadas por jovens e “Spin-Offs” como a WRC – Agência de Desenvolvimento Regional na zona centro do país - www.wrc.pt

Medidas promovidas pelo Governo Civil e Governo Central:

- Criação de base de dados que contenham empresas e jovens estudantes para criação de bolsa de estágios distrital;

Criação de uma feira de Empreendedorismo Regional.

- Aposta em escolas de ensino técnico profissionalizante nas áreas de actividades estruturantes do distrito (cluster automóvel; turismo; agricultura; pecuária; pescas; vitivinícola; sectores sob alçada dos grandes projectos em vias e em curso como refinaria de Sines, porto de Sines e plataforma logística de Poceirão)

- CPD/JSD - Setúbal

JSD/Açores “crente” numa nova forma de fazer política

“Pela renovação, pela nova dinâmica e pelo aparecimento de muitas caras novas em órgãos dirigentes do partido”

A Juventude Social-Democrata dos Açores, no rescaldo do recente congresso regional do PSD, congratulou-se pela “renovação, pela nova dinâmica e pelo aparecimento de muitas caras novas em órgãos dirigentes do partido”.

Segundo uma nota divulgada esta tarde, esse é “um sinal claro da importância que tem a juventude dos Açores para o PSD e para a sua nova líder, Berta Cabral”, referiu Rómulo Ávila, o secretário-geral da estrutura na região.

Os jovens laranja recordam que, na reunião magna dos social-democratas açorianos, Berta Cabral “fez uma aposta clara na juventude, como o demonstram os muitos jovens presentes nas listas eleitas do partido”, assim como “no seu discurso que, em grande parte, foi dirigido para a juventude das nove ilhas e para os seus problemas e anseios”, disse o dirigente.

“Com a juventude, com vontade e ambição, estamos no caminho certo para a mudança de caras, de projectos, de ideias, e das formas de ser e estar na política açoriana”, concluiu Rómulo Ávila.

Refira-se que a JSD/Açores viu aprovada a moção temática apresentada ao congresso, intitulada “Dar voz aos Jovens - Por uma Verdadeira Política de Juventude”, congratulando-se também os jovens social-democratas pelo facto de Duarte Freitas, que consideram “um incansável defensor dos interesses da região”, ser o candidato dos Açores ao Parlamento Europeu, “continuando assim o seu trabalho a favor das nossas gentes”, acrescentam. - Gab. Imp. JSD/A





Assunto: Convocatórias PSD - Povo Livre

Como é do seu conhecimento, todas as convocatórias do PSD têm de ser recebidas pelos serviços até às 12h00 de cada terça-feira para que possam ser publicadas no Povo Livre, que sai às quartas-feiras.

As convocatórias para publicação têm sido enviadas para diversos email's e vários n.ºs de fax da Sede Nacional, bem como por correio, prejudicando a eficiência dos serviços.

Por esse motivo, com o intuito de normalizar os procedimentos e melhorar a articulação com as estruturas do distritais e concelhias, venho por este meio informar que todas as convocatórias devem ser enviadas por email para:

convocatorias@psd.pt, ou para o n.º de fax 213973168 (Serviços de Implantação e Ficheiros), devendo ser sempre assinadas e enviadas pelos Presidentes de Mesa, salvo as exceções previstas nos Estatutos.



ALCOCHETE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Alcochete, para reunir no próximo dia 04 de Fevereiro de 2009, (quarta-feira) pelas 21h30, na sede concelhia, com a seguinte

Ordem de Trabalho:

1 - Discussão e aprovação das contas referentes a 2008

AMARES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Amares, para reunir no próximo dia 07 de Fevereiro de 2009, (sábado) pelas 21h00, na sede, sita na Rua Eduardo Gonçalves, freguesia de Ferreiros, com a seguinte

Ordem de Trabalho:

1 - Análise e votação das Contas do exercício de 2008

2 - Outros assuntos de interesse para o Partido

CARNAXIDE - NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Carnaxide, para reunir no próximo dia 05 de Março de 2009, (quinta-feira) pelas 20h30, na sede da secção de Algés, sita na Av. Carolina Michaelis, 37, Loja, em Algés, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único - Eleição da Comissão Política de Núcleo

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues, na Rua Almeida Garret, 4 r/c Dtº em Carnaxide, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estão abertas das 20h30 às 22h30.

ESPINHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Espinho, para reunir no próximo dia 06 de Fevereiro de 2009, (sexta-feira) pe-

las 21h30, nas instalações dos Bombeiros Voluntários de Espinho, sita no Largo dos Combatentes, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 - Discussão e aprovação das contas de 2008

2 - Apresentação e aprovação do plano de actividades e orçamento para 2009

3 - Análise da situação política.

ESTARREJA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Estarreja, para reunir no próximo dia 06 de Fevereiro de 2009, (sexta-feira) pelas 21h30, na sede, sita na Rua Jornal de Estarreja, 109, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único - Análise e votação das contas da Secção de Estarreja relativas ao exercício de 2008

GOLEGÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção da Golegã, para reunir no próximo dia 07 de Fevereiro de 2009, (sábado) pelas 20h30, na sede em Azinhaga, sita na Rua da Praça, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 - Discussão da situação política actual, nacional e no concelho da Golegã

2 - Apreciação das tomadas de posição recentes do PSD na Golegã:

Orçamento e GOP 2009, Derrama e IMI, intervenções na rede viária e outras

3 - Calendário de eventos da candidatura Autárquica do PSD - Golegã

4 - Outros assuntos

MAFRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Mafra, para reunir no próximo dia 06 de Fevereiro de 2009, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua do Arvoredo, Bloco B - Ericeira, com a seguinte

Ordem de Trabalho:

1 - Apresentação e votação das contas referentes ao ano de 2008.

MIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Mira, para reunir no próximo dia 30 de Janeiro de 2009, (sexta-feira) pelas 21h30, na sede concelhia, sita na Av. 25 de Abril, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 - Ratificação das contas da Secção

relativas a 2008

2 - Informações

3 - Análise e discussão da situação política nacional

4 - Análise e discussão da situação política local

NOSSA SENHORA DE FÁTIMA - NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a assembleia do Núcleo de Nossa Senhora de Fátima, da Secção B de Lisboa, para reunir no próximo dia 5 de Março de 2009 (Quinta-feira), pelas 19h00 na sede da Secção sita no Campo Pequeno, 16 - 3º, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1. Eleição da Comissão Política do Núcleo.

NOTA:

As listas candidatas devem ser entregues, na sede da Secção, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estão abertas das 19h00 às 23h00.

OURÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Ourém, para reunir no próximo dia 27 de Fevereiro de 2009, (sexta-feira) pelas 21h30, no Centro de Negócios de Ourém, com a seguinte

Ordem de Trabalho:

1 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

2 - Eleição da Comissão Política de Secção

NOTA:

As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estão abertas das 21h30 às 23h30.

PALMELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Palmela, para reunir no próximo dia 10 de Fevereiro de 2009, (terça-feira) pelas 21h00, na sede concelhia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 - Aprovação das contas do ano de 2008

2 - Análise da situação político - partidária

PEDROGÃO GRANDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Pedrogão Grande, para reunir no próximo dia 28 de Fevereiro de 2009, (sábado) pelas 18h00, na sede, sita no Largo da Restauração, 2-A, com a seguinte

Ordem de Trabalho:

Ponto único - Eleição da Mesa e da Comissão Política da Secção de Pedrogão Grande

NOTA:

As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estão abertas das 18h00 às 20h00.

SÃO JOÃO DE DEUS - NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a assembleia do Núcleo de São João de Deus, da Secção B de Lisboa, para reunir no próximo dia 5 de Março de 2009 (Quinta-feira), pelas 19h00 na sede da Secção sita no Campo Pequeno, 16 - 3º, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1. Eleição da Comissão Política do Núcleo.

NOTA:

As listas candidatas devem ser entregues, na sede da Secção, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estão abertas das 19h00 às 23h00.

SECÇÃO E - LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção E - Lisboa, para reunir no próximo dia 05 de Fevereiro de 2009, (quinta-feira) pelas 20h30, na sede, sita na Rua Forno do Tijolo, nº 71-3º, com a seguinte

Ordem de Trabalho:

1 - Apreciação e votação das Contas do exercício de 2008

2 - Apreciação e votação do orçamento para 2009

3 - Informações

SESIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Sesimbra, para reunir no dia



07 de Fevereiro de 2009, (sábado) pelas 21h30, na sede concelhia, sita na Rua da República, 20 – 1º Esq. com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 – Informações

2 – Apresentação e votação das Contas anuais da Secção respeitantes a 2008

3 – Informações e análise da situação político - partidária concelhia e nacional

SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Setúbal, para reunir no próximo dia 04 de Fevereiro de 2009, (quarta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 23 – 1º Esq., com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 – Informações

2 – Apreciação e votação das contas de 2008 e do Orçamento para 2009

3 – Análise da situação político – partidária

VILA NOVA DA BARQUINHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila Nova da Barquinha, para reunir no próximo dia 20 de Fevereiro de 2009, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua Vasco da Gama, nº 6, com a seguinte

Ordem de Trabalho:

1 – Eleições Autárquicas 2009

2 – Análise da situação política



PAÇOS DE FERREIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Secção da JSD de Paços de Ferreira para o dia 14 de Março de 2009, pelas 14 horas, a realizar na Sede Concelhia do PSD Paços de Ferreira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Pontos de ordem do dia:

Eleição da Comissão Política de Secção da JSD de Paços de Ferreira;

Eleição da Mesa do Plenário de Secção da JSD de Paços de Ferreira.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues, em duplicado até ao terceiro dia anterior ao acto eleitoral na Sede Distrital do PSD/Porto, respeitando os Estatutos Nacionais da JSD;

b) As urnas estarão abertas das 14h00 às 16 horas.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital do Porto
(André Cardoso)

MOIMENTA DA BEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Eleitoral da JSD de Moimenta da Beira, para reunir no próximo dia 28 de Fevereiro de 2009, pelas 17 horas, na Sede do PSD/JSD Moimenta da Beira, na Vila de Moimenta da Beira, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Comissão Política de Secção da JSD de Moimenta da Beira;

2 – Eleição da Mesa do Plenário de

Secção da JSD de Moimenta da Beira.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues, em duplicado ao Presidente do Plenário de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede do PSD/JSD de Moimenta da Beira, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD;

b) As urnas estarão abertas das 17h00 às 19 horas.

O Presidente da Mesa do Plenário de Secção de Moimenta da Beira
(João Carlos Gomes Silva)

CONSELHO DISTRITAL DA GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais Regulamentos em vigor, convoca-se o Conselho Distrital da Guarda, para reunir no próximo dia 7 de Fevereiro de 2009, pelas 21h30, no Hotel Quinta dos Cedros, em Celorico da Beira, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição do representante do Distrito no Conselho de Jurisdição de 1.ª Instância;

2 – Análise da Situação Política;

3 – Definição do Calendário eleitoral dos órgãos distritais e marcação do Conselho Distrital Eleitoral da JSD/Guarda

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital
(Nelson Costa)

SABUGAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos em vigor, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Sabugal, para reunir no próximo dia 28 de Fevereiro de 2009, pelas 21 horas, na Sede Concelhia, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Mesa do Plenário de Secção da JSD do Sabugal;

2 – Eleição da Comissão Política de Secção da JSD do Sabugal.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 21 horas e as 22h30, em sistema de urna fechada.

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na Sede Concelhia do PSD.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital(Nelson Costa)

LOUSADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Secção da JSD/Lousada, para reunir no próximo dia 6 de Fevereiro de 2009, pelas 21h30, na Sede do PSD/Lousada, sita na Travessa de São Sebastião, na Freguesia de Silvares, no Concelho de Lousada, seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Análise da Situação Política.

O Presidente da Mesa do Plenário
(Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto)

CONSELHO DSITRITAL DE SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da

JSD, convocam-se todos os Delegados ao Conselho Distrital da JSD de Santarém, para o Conselho Distrital a realizar no dia 7 de Fevereiro de 2009, pelas 10h30, na sede do PSD de Abrantes, sita na Rua de São Pedro, nº 22 – 1º, em Abrantes, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações e Análise da situação política;

2. Apreciação e votação do relatório de contas de 2008;

3. Apresentação do Plano de Actividades e do Plano Estratégico da Distrital para o Ciclo Eleitoral de 2009;

4. Votação do Orçamento para 2009;

5. Outros assuntos.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD de Santarém
(Francisco José da Silva Varela)

SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se a Assembleia de Secção da JSD de Santarém para reunir no próximo dia 6 de Fevereiro de 2009 pelas 21h30, na Sede do PSD de Santarém, sita na Calçada Mem Ramires, n.º 10, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Informações e análise da situação política;

2 – Apreciação e votação do relatório de Contas de 2008;

3 – Apresentação do Plano de actividades e votação do Orçamento para 2009;

4 – Discussão do tema para a próxima Campanha de Sensibilização.

O Presidente da Mesa do Plenário
(Luís Valente)

MAÇÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Mação, para reunir no dia 1 de Março de 2009, pelas 16.00 horas na sede do PSD na Rua Francisco Serrano, nº 29 1º, em Mação, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção.

Notas:

1 – As listas deverão ser entregues em duplicado, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Rua Francisco Serrano, nº 29 1º, em Mação, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital, ou a quem ao abrigo dos estatutos o possa substituir, na Sede do PSD de Santarém.

2 – As candidaturas serão apresentadas por listas completas propostas por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros e deverão ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos e lista de subscritores.

3 – As urnas estarão abertas das 16.30 às 17.30 horas.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD de Santarém
(Francisco José da Silva Varela)

CORUCHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Coruche, para reunir no dia 1 de Mar-

ço de 2009, pelas 15.00 horas na sede do PSD, na Rua Direita, nº 20, em Coruche, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção.

Notas:

1 – As listas devem ser entregues em duplicado, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Rua Direita, nº 20, em Coruche, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital, ou a quem ao abrigo dos estatutos o possa substituir, na Sede do PSD de Santarém.

2 – As candidaturas serão apresentadas por listas completas propostas por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros e deverão ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos e lista de subscritores.

3 – As urnas estarão abertas das 15.30 às 16.30 horas.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD de Santarém
(Francisco José da Silva Varela)

PONTE DE LIMA

Ao abrigo do artigo 96º dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco os militantes para reunirem em Plenário, na Sede Concelhia do PSD de Ponte de Lima, sita na Praceta Dr. Vieira de Araújo, no dia 7 de Fevereiro de 2009, pelas 17h30, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Informações;

2 – Análise da Situação Política Nacional / Distrital / Local;

3 – Análise do XX Congresso da JSD Nacional realizado em Penafiel;

4 – Apresentação de actividades da JSD da Concelhia de Ponte de Lima;

A Presidente da Mesa do Plenário
(Clara Rocha)

LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário Eleitoral da Secção de Leiria, para o dia 28 de Fevereiro de 2009, pelas 18h00, na sede concelhia da JSD, em Porto de Mós, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção.

Notas:

1- As listas deverão ser entregues ao Presidente do Conselho Distrital de Leiria, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

2 - As urnas estarão abertas das 18h30 às 19h30.

O Presidente do Conselho Distrital de Leiria da JSD

(João Pedro Ferreira)

BARCELOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social-democrata e dos demais regulamentos, convoco o plenário de secção, para uma reunião dia 7 Fevereiro de 2008 (sábado), pelas 21h30, na sede do PSD de Barcelos com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Informações;

2 – Análise da situação política.

O Presidente da Mesa de Plenário

(João Miguel Sá)



ELEIÇÕES DOS CONSELHEIROS DISTRITAIS JSD BRAGA

CONCELHO	DIA	LOCAL	HORA
Amares	28/02/2008	Sede do PSD de Amares	21h30 às 23h
Braga	28/02/2008	Sede do PSD de Braga	17h30 às 19h
Barcelos	28/02/2008	Sede do PSD de Barcelos	21:30 às 23h
Cabeceiras de Basto	28/02/2008	Sede do PSD Cabeceiras de Basto	21h30 às 23h
Celorico de Basto	28/02/2008	Sede do PSD de Celorico de Basto	21h30 às 23h
Esposende	28/02/2008	Sede do PSD de Esposende	21h30 às 23h
Fafe	28/02/2008	Sede do PSD de Fafe	15h às 16h30
Guimarães	28/02/2008	Sede do PSD de Guimarães	15h às 19h
Póvoa de Lanhoso	28/02/2008	Sede do PSD da Póvoa de Lanhoso	21h às 22h
Terras de Bouro	28/02/2008	Sede do PSD de Terras de Bouro	21h30 às 23h
Vieira do Minho	28/02/2008	Sede do PSD de Vieira do Minho	21h30 às 23h
Vila Nova Famalicão	28/02/2008	Sede do PSD do V.N. Famalicão	17h às 19h
Vila verde	28/02/2008	Sede do PSD de Vila verde	14h às 15h30
Vizela	28/02/2008	Sede do PSD de Vizela	21h30 às 23h

Nota:

As listas devem ser entregues nas respectivas Sedes Concelhias, ao Presidente da Mesa do Plenário respectiva ou a quem o possa estatutariamente substituir. Entrega das listas em duplicado, segundo os Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD
(João Miguel Sá)

CONSELHO DISTRITAL ELEITORAL DA JSD/BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos convoco Conselho Distrital Eleitoral da JSD/Braga para o dia 7 de Março de 2009, às 21h30, na Av. Alcides Faria, 1º andar – sede PSD Barcelos, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Eleição da Comissão Política Distrital de Braga da JSD;

Nota:

a) As listas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital, ou a quem o possa estatutariamente substituir, em duplicado, segundo os Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

b) As urnas estarão abertas das 21h30 às 23h30

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital Braga
(João Miguel Sá)